



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 24 - Nº 447 - DE 13 A 27 DE JANEIRO DE 2013 - R\$ 3,00

## Novo salário mínimo de fome: 678 reais

**Por um salário mínimo vital, suficiente para sustentar a família, calculado nas assembleias de base. Em nossos cálculos, esse salário deveria ser de 4 mil reais!**



Belo Monte



Salvador



Maracanã

## Greves voltam a crescer sob governo Dilma

## Venezuela: com Chávez doente, imperialismo pressiona por novas eleições

**O Pacto de Havana é a via para administrar a transição política do país, frente ao esgotamento histórico do chavismo e sua impotência para reverter o atraso econômico da nação.**



## Oposição revolucionária a Dilma

# A perspectiva é de avanço da crise econômica e agudização da crise política

O Brasil, como país semicolonial, é parte da crise mundial capitalista. As políticas econômicas dos governos acentuaram a interdependência do país em relação ao mercado mundial. A abertura de mercado, desnacionalizações, privatizações, favorecimento da importação de capital, tudo isso levou a um maior controle do capital financeiro internacional e multinacionais sobre a economia do país. Apesar do peso do mercado interno na produção nacional, o fator determinante está no entrelaçamento com a economia mundial. Assim, com ritmo diferente e com suas particularidades nacionais, o país é arrastado para o turbilhão da crise mundial.

O governo Dilma tem atuado com as chamadas medidas anticíclicas para responder à retomada da crise a partir de 2011. Favoreceu o endividamento da população, subsidiou as multinacionais com isenção fiscal do IPI, incentivou empréstimos do BNDES, reduziu as taxas de juros, para que se elevasse o dólar acima dos dois reais e assim barateasse as mercadorias brasileiras no exterior. Os resultados não elevaram o PIB, que continuou caindo (espera-se um índice de um por cento para 2012), puxado pelo retrocesso de 14 meses seguidos de recessão na indústria.

O ano de 2013 se inicia com o aumento dos conflitos interburgueses ao redor da política econômica. Há uma pressão generalizada dos grupos capitalistas para que o governo acelere os mecanismos de liberação de verbas públicas nos investimentos de obras, a fim de estimular esse setor da economia. Já não se espera que o comércio exterior possa socorrer o país, nem mesmo com vantagens cambiais ou fiscais. Diante da estagnação mundial, perdeu sentido a discussão da ampliação da infraestrutura exportadora. O endividamento da população mostrou-se esgotado, com a grande parcela da renda já comprometida e a alta da inadimplência. A isenção fiscal do IPI deu o máximo que podia dar, o que se verifica na queda de 2% da produção automobilística em 2012 (14% só em dezembro). A alternativa de política econômica da burguesia se resume a uma maior ajuda estatal aos negócios capitalistas.

## Focos de conflito

Se durante o governo Lula, favorecido pelas tendências da economia mundial, os atritos entre as frações capitalistas se davam em aspectos secundários, pois todos elevavam seus lucros. Agora, diante das manifestações da crise, os atritos tendem a se colocar ao redor da essência da política econômica. Por sua vez, os choques diante da política econômica potenciam a crise política. Os focos de disputa interburguesa têm se manifestado e caminham para uma crise mais geral.

No setor elétrico, o governo procurou atender à demanda da FIESP de redução do custo da energia. O governo propôs às empresas de geração e distribuição que se enquadrassem nas novas diretrizes fixadas e renovassem seus contratos de concessão, que fariam as tarifas baixar em torno de 20%. Em compensação, o governo se dispôs a compensar a redução do lucro através da entrega de mais de 20 bilhões de reais do Fundo de Reserva-Geral de Reversão, praticamente inteiro. A energia é gerada em mais de 40% na região Sudeste, em especial nos

estados de São Paulo e Minas Gerais, dirigidos pela oposição burguesa (PSDB). Os governos desses estados são controladores das maiores empresas do setor e já não aceitaram a compensação proposta, reivindicam mais.

Os bancos brasileiros tiveram pela primeira vez em mais de dez anos uma redução do lucro em 2012. O governo Dilma pressionou pela redução dos juros, de forma a estimular o consumo. Usou dois mecanismos: a redução da taxa Selic e a redução nominal dos juros dos bancos estatais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Os bancos cederam parcialmente, tendo em vista o crescimento da inadimplência e as compensações oferecidas pelo governo, dentre elas o pagamento de juros menores sobre as poupanças. Mas a queda do lucro coloca os bancos em atrito com o governo.

A descoberta do petróleo do Pré-sal abriu a possibilidade do governo negociar entre os estados a distribuição dos royalties de petróleo. Os estados não produtores reivindicam uma distribuição mais equitativa entre todos, o que implica abocanhar parte do que ganham os estados produtores. O governo impôs uma medida (veto de Dilma) que joga a divisão apenas sobre as novas perfurações, dentre elas o pré-Sal. Mas os estados não produtores sabem que as novas perfurações dependem de um aumento do consumo, improvável diante da crise econômica. Abriram uma crise com o STF ao redor da votação do veto de Dilma, afim de derrubá-lo e impor a redivisão imediata.

As novas concessões ao setor privado (privatização de aeroportos, por exemplo) encontram entraves para se concretizar. Se antes o governo Lula apregoava que era necessário subordinar as privatizações, concessões e parcerias a tarifas competitivas, como se fossem um contraponto, agora os empresários reivindicam fixar “livremente de acordo com o mercado” seus preços. O conflito emperra os novos contratos.

Os capitalistas reclamam por medidas que tornem os produtos mais competitivos. As pressões por menos encargos e mais flexibilidade nas relações trabalhistas ganharam mais um componente. A redução da taxa de desemprego atenuou a concorrência pelo emprego. Sem o desemprego massivo, a média salarial cresceu. Os capitalistas reivindicam que o governo tome medidas que ponham pressão para reduzir salários, dentre elas que se aumente o número de desempregados. Dilma não pretende assumir o desgaste eleitoral desse tipo de medida.

O conjunto de conflitos aponta na direção do agravamento da crise política ao redor da definição da política econômica, que ainda não se desenvolveu mais devido à ausência de intervenção geral das massas. Mas os rumos da crise tendem a acelerar esse processo. Se a indústria foi o setor que mostrou sintomas mais evidentes e imediatos da contaminação pela crise mundial, os demais setores também serão atingidos quando a crise se espalhar para as commodities, matérias-primas e bolsas de valores. A necessidade de responder à crise atendendo aos capitalistas projetará a crise política e a combinará com a ação das massas. Essa é a perspectiva que se desenha no horizonte. É preciso preparar as massas para enfrentá-la, com as bandeiras e os métodos de luta do programa de transição.

# Superar as greves passivas e defender as greves-levantes

A crise econômica, que eclodiu nos Estados Unidos e que vem arrasando países europeus, se manifesta no Brasil provocando retração industrial e derrubando o PIB para 1%. Apesar das medidas adotadas, o governo Dilma não pôde assegurar a meta anunciada de crescimento de 4,5%. Foi obrigada a assumir a sua queda. Os capitalistas exigem cada vez mais proteção do Estado para seus negócios. As exigências das multinacionais e das frações industriais nacionais de redução do IPI, desoneração na folha de pagamento, diminuição de juros etc, implementadas por Dilma, se mostram insuficientes para conter a superprodução, principalmente do setor automobilístico.

A queda industrial se manteve e os empresários cortam gastos, reduzindo as forças produtivas (baixos investimentos, demissões, suspensão temporária de parte da mão de obra, fechamento de fábricas, contenção salarial e aumento da rotatividade do trabalho). O fechamento de 12 fábricas da Vulcabrás/Azaleia na Bahia, o anúncio de encerramento da metalúrgica Mangels em São Bernardo do Campo, a ameaça de demissão de 1500 operários da GM de São José dos Campos, depois da suspensão (lay-off), as 850 demissões da Webjet, etc. exemplificam os métodos da burguesia para responder à crise.

A burocracia sindical que apoiou os pleitos das multinacionais em nome de uma suposta defesa da “indústria nacional” desarmou a classe operária para responder às soluções burguesas. Ludibriou os trabalhadores de que havia a contrapartida das não demissões. Quebrou, mais uma vez, as campanhas salariais do segundo semestre, fragmentando os trabalhadores e aceitando reajustes de acordo com os índices oficiais de inflação. Exerceu uma brutal traição aos anseios do proletariado ao utilizar o nome do maior sindicato metalúrgico do ABC para um projeto de lei de cortes de direitos trabalhistas (Acordo Coletivo Especial). A política de conciliação de classes da burocracia sindical abriu uma ferida no movimento operário, que distingue o proletariado controlado pelos burocratas e os operários que agem instintivamente contra a exploração do trabalho.

Nesses dois anos de governo Dilma, acometido pela crise econômica, foram marcados por centenas de greves. Em 2011, ocorreram 544, o maior número desde 1997, época de Fernando Henrique Cardoso. O que diferencia de 2010 (governo Lula), momento de crescimento do mercado mundial, em que o Brasil alcançou o patamar de 7,5% e que foi possível a criação de postos de trabalho e maior assistencialismo governamental. Mas, em 2011, o PIB despencou para 2,7% e, consequentemente, os trabalhadores reagiram com centenas de greves. Em 2012, os trabalhadores continuaram a sentir necessidade de recorrer à ação direta.

Dois setores sociais se manifestaram durante todo o ano. 1) Os operários das usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, da Refinaria Abreu Lima, do Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro (Comperj), do porto de Suape e de outras obras do PAC. Levantaram-se contra as baixas remunerações, os salários diferenciados pela mesma função, a superexploração do trabalho, as péssimas condições dos alojamentos e as privações de visita aos familiares. 2) E o funcionalismo público. As gre-

ves de professores, dos trabalhadores da saúde, do correio e das universidades federais pressionaram os governantes pela reposição salarial e manutenção de direitos trabalhistas. Os bancários do sistema público e privado também foram à greve, diante da intransigência dos banqueiros de não aceitarem a reposição salarial.

Porém, foram as greves operárias na forma de levantentes que se destacaram não só pela radicalidade, mas também pelo enfrentamento à burocracia traidora. A maioria delas surgiu à margem dos sindicatos, que só tomaram conhecimento quando o movimento ganhava grandes proporções. A revolta expressou a ação revolucionária do proletariado por meio da destruição dos alojamentos, carros, ônibus e escritórios dos canteiros das obras e nos piquetes e bloqueios. As greves nas usinas e nas obras do PAC expuseram o instinto de luta dos trabalhadores em choque com a propriedade capitalista. Assim, as greves em forma de rebelião marcaram as tendências revolucionárias numa situação de refluxo do proletariado dos grandes centros urbanos. Essas greves não se generalizaram porque o movimento operário está rigidamente controlado pela burocracia sindical conciliadora e traidora.

É fundamental compreender que a greve em forma de levante é distinta da greve passiva, que está sob o comando de direções burocratizadas e sob a política da colaboração de classes. A revolta dos operários contra suas direções conciliadoras veio à tona quando os operários apedrejaram e expulsaram os traidores, como ocorreu em Belo Monte. A resistência dos operários depois da Justiça do Trabalho ter decretado a ilegalidade da greve na Refinaria Abreu Lima e na Petroquímica Suape mostrou o método de como enfrentar a lei patronal de greve.

As greves ativas foram duramente reprimidas. Dilma usou a Força Nacional de Segurança e os governadores a polícia. A Justiça impôs a ilegalidade, abusividade, desconto dos dias parados, retorno imediato ao trabalho sob pena de multas milionárias e detenções. As prisões dos operários e as demissões foram largamente usadas para aterrorizar os trabalhadores. Uma campanha orquestrada pela imprensa condenando as ações radicalizadas serviu para isolar os movimentos e exigir do governo Dilma medidas mais severas de proteção à propriedade privada. A manutenção de 5 operários de Belo Monte presos como criminosos mostra o quanto a burguesia e o governo estão empenhados na repressão às greves. E o quanto a burocracia sindical está a serviço da preservação da propriedade privada dos meios de produção.

Um acordo tripartite – governo, empreiteiras e burocracia sindical-, por meio do “Termo de Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho nas Indústrias da Construção”, foi assinado em março. Tratava-se de uma tentativa de sufocar a radicalidade das greves, disciplinando-as ao ordenamento jurídico da lei de greve. As direções sindicais anunciaram como uma conquista e continuam exigindo que os capitalistas cumpram o que foi acordado.

A fragmentação do proletariado em várias Centrais Sindicais organicamente vinculadas ao governo Dilma é um obstá-

culo para a luta contra a exploração do trabalho. As maiores centrais que ditam a política para a grande maioria dos sindicatos desarmam o proletariado para enfrentar as medidas burguesas para a crise. O isolamento das greves-levantes das usinas e das demais obras do PAC é um dos maiores crimes cometidos pelos burocratas sindicais. A cisão da CUT pelo PSTU, formação da Conlutas-CSP, não expressou a política de conformação de uma única central, ao contrário, expôs a orientação aparelhista e partidária da corrente centrista (PSTU). A imprensa burguesa aproveitou a fraqueza da Conlutas para acusá-la de “terrorista” (no caso de Suape) e de apoiar os “cri-

minosos” (em Belo Monte).

O movimento grevista radical careceu de uma direção organizada, programática, que o dirigisse contra o governo, a burocracia e os capitalistas. Essa é uma tarefa que implica a defesa consequente das reivindicações, um duro combate aos dirigentes traidores e um rechaço às leis que impedem e punem os grevistas. Cabe ao partido operário atuar sistematicamente para erguer uma fração revolucionária nos locais de trabalho, fábricas e sindicatos. A bandeira de pôr em pé uma única central deve ser intensamente propagandeada no seio da classe operária.

## Paraná: greve no frigorífico Diplomata

Trabalhadores do frigorífico Diplomata, em Capanema-PR, realizaram greve e acamparam em frente, protestando contra a falta dos salários.

A manifestação dos cerca de 1000 operários da empresa, que teve início no dia 15 de dezembro, foi motivada pela falta de pagamento dos salários atrasados de novembro, dezembro, 13º e de janeiro. Além disso, a empresa deixou de depositar o FGTS dos trabalhadores há cerca de 5 anos. Contudo, no maior acinte aos operários a empresa de doou cerca de 2 milhões para a campanha eleitoral de Alfredo Kaeffer em 2010!

O frigorífico pertence ao próprio Dep. Federal Alfredo Kaeffer – PSDB, também dono de várias outras empresas na região, em igual situação de falência. Além da crise atual do “império” do deputado, teve de fechar e vender outras filiais em várias outras cidades dentro e fora do estado. Segundo a imprensa, o montante de sua dívida chega a 639 milhões de reais. A empresa se movimenta desde agosto para não falir e está em processo de recuperação judicial, mas já decretou fechamento. Ademais da dívida com funcionários diretos da Diplomata, a falência também provoca efeito “dominó” nas centenas de granjas filiadas, que não recebem pela criação das aves.

A situação de ataque aos trabalhadores é evidente. O acampamento na frente do frigorífico serviu para impedir a saída e entrada de toneladas de mercadoria, e também impedir que as máquinas fossem retiradas da empresa falida, como forma de garantir pressão ao patrão e o pagamento dos salários. O método operário de luta coloca em cheque quem realmente é o dono da fábrica. Iniciaram greve em dezembro, mesmo sem apoio do sindicato - o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Francisco Beltrão e Região.

Com a pressão da polícia e na falta de uma firme direção no movimento, os trabalhadores levantaram o acampamento no dia 30 de dezembro, o que comprometeu a resistência. A greve foi desfeita no dia 4 de janeiro, muitos foram embora da cidade, outros estão trabalhando quase de graça por desespero. Outros foram orientados a processar individualmente o patrão e o frigorífico voltou a funcionar no dia três de janeiro por um grupo de 100 operários que decidiram voltar ao trabalho na esperança de receber os salários atrasados.

Como se vê, também aqui os efeitos da crise econômica são descarregados sem piedade nas costas dos operários e trabalhadores. Também aqui se manifesta a crise de direção do movimento operário. Os trabalhadores sem rumo procuram amparo judicial ou apoio dos parlamentares burgueses, o que levará a inevitáveis derrotas. Mas também os operários recorreram a métodos próprios da classe, a ocupação e a greve, o que indica que com o agravamento da crise a luta de classes tende a se agravar.

Sob uma direção classista, a ocupação da fábrica deveria ser mantida, posta a funcionar sob controle dos trabalhadores e expropriada do bandido Kaeffer. O POR apoia a luta dos trabalhadores, ajuda-os a se organizar e chama-os a exigir do sindicato uma posição firme sobre a situação, pois o desemprego poderá ser bem maior a cada mês que passa.

Estatização da Diplomata sem indenização sobre o controle dos trabalhadores!

Fora Kaeffer da Diplomata, da Globonaves em Cascavel e nas demais empresas!

**A contradição do capitalismo se expressa nos frigoríficos da Diplomata**

Com a decretação de falência da empresa Diplomata, várias granjas satélites da empresa estão sem nenhuma ração para os animais. Sem ração para as aves, o cenário só poderia ser de horror, alguns frangos começaram a praticar canibalismo e milhares morreram de fome. E os que estão aptos para o consumo não podem ser vendidos, pois os animais são de propriedade privada da Diplomata. 500 mil aves permanecem nos aviários integrados da empresa, apenas esperando a morte. Eis uma das manifestações da barbárie capitalista.

Esta aí uma contradição do capitalismo que se expressa sem nenhuma cerimônia. De um lado, os alimentos estão sendo jogados fora, desperdiçados, enquanto, de outro, existe uma parcela da população que passa fome! É preferível o desperdício de alimentos para os capitalistas. Esse quadro mudará apenas quando a produção for socializada e não privada e irracional como se tem hoje. A única saída, portanto, é o fim do capitalismo, essa ordem econômica regada pela anarquia da produção social, e a construção do socialismo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

**Mais uma chacina que ficará impune**

# Por um Tribunal Popular para apurar os crimes da polícia!

No dia 4 de janeiro, no final da noite, quatorze homens encapuzados e fortemente armados desceram de dois carros, “gritaram polícia, polícia”, e fuzilaram um grupo de pessoas, em um bar do Campo Limpo, zona Sul de São Paulo. Sete morreram na primeira chacina de 2013, entre eles um menor de 17 anos.

O cantor e compositor de rapper, Laércio de Souza Grimas, conhecido por DJ Lah, foi um dos que tombaram varados pelas balas assassinas da polícia. Eis os versos que acusam a brutal repressão desfechada pela polícia nos bairros pobres de São Paulo: “Saíam da mira dos tiros; são eles é quem forçam, são eles quem atiram; rezem para sobreviver.” Fazem parte da conhecida música “Saíam da Mira dos Tiros”.

DJ Lah foi fundador do grupo “Conexão do Morro”, já consagrado entre a juventude pobre e miserável das periferias, com seus 15 anos de existência. Pelas declarações de amigos, o compositor e cantor de protesto não realizava nenhuma atividade política organizada. Samuel Ferreira da Silva, que cuida dos negócios do grupo, relatou à imprensa que DJ Lah “era um cara pacífico, que não falava mal de ninguém”. Mas tudo indica que suas denúncias pacifistas o colocaram na mira dos tiros. O fato é que um dos grupos de extermínio da Polícia Militar decidiu calar o canto do rapper e de todos que com ele se divertiam num bar. Noticiou-se a morte do rapaz que filmou o assassinato de um suspeito por policiais na mesma rua. Fato que foi desmentido depois pelo governo.

A matança de janeiro é mais uma das tantas chacinas praticadas em 2012. No final de dezembro, foram computados 506 mortos, em apenas 10 meses, em São Paulo, pela PM. Número que superou a marca oficial de 495 em 2006, quando se abriu um confronto entre o narcotráfico (PCC) e a PM.

O capitalismo putrefato tem potencializado a sua barbárie social. É o que nos mostra o banho de sangue. O Estado não faz senão aumentar seus efetivos policiais e prepará-los como força de execução.

Os grupos paramilitares de extermínio é uma marca profunda da decomposição da sociedade de classes. No passado não muito distante, identificavam-se como “Esquadrão da Morte”. A matança desenfreada foi tão infernal que os governos tiveram que contê-lo. No entanto, continuou por outras vias. É mais seguro agir na clandestinidade, com os rostos encapuzados. A lei e a margem da lei estão interpenetradas indissolivelmente.

É inevitável que a criminalidade cresça e que o narcotráfico se potencie, alimentados pelo elevado acúmulo de riqueza e de miséria pela maioria. Assim, é “natural” no capitalismo que uma parcela da população miserável seja suprimida, descartada. Não faltam explicações para justificar tamanha matança. Entre elas a de que se trata do combate pela segurança da população contra bandidos desalmados, que preferiram o crime ao trabalho.

Evidentemente, a burguesia precisa ocultar a falência histórica do regime capitalista com tais falsidades. No seio da socie-

dade de classe, que se decompõe, gesta-se permanentemente uma guerra social. O mal menor para os exploradores e seus governos é o de matar aqueles que manifestam sua miséria econômica e sua degradação mental por meio do crime.

Esse fenômeno se manifestou no alvorecer do capitalismo na Inglaterra, que empurrou e reuniu as massas humanas proletárias para os bairros depauperados. Hoje, quando o capitalismo amadureceu com capacidade produtiva e apodrece em meio a tanta riqueza e pobreza, a guerra social assume feições da mais profunda barbárie.

Não há como a burguesia ocultar e se livrar de tamanha monstruosidade, criando seus organismos de Direitos Humanos, promovendo a profissão de advogados da humanização do capitalismo, etc. O gigantesco aparato militar edificado para sufocar as manifestações mais brutais das contradições da sociedade de exploração capitalista do trabalho não faz senão potencializá-las.

As massas oprimidas padecem com o terror policial nos bairros pobres e favelas. Despertam, ao mesmo tempo, um imenso ódio de classe aos seus opressores. Esse é um combustível que se acumula e que explodirá assim que o proletariado se pôr à luta, organizar-se em terreno próprio e avançar em sua independência política. A barbárie somente será vencida pela rebelião dos explorados, sob a direção da classe operária organizada em um partido revolucionário.

*A revolução proletária desmontará de cima abaixo o Estado burguês e com ele seu braço militar. Em lugar da polícia a mando da classe capitalista, o povo estará armado contra os exploradores para erradicar a miséria. Na situação, a tarefa consiste não somente em denunciar a barbárie, mas também defender o programa de reivindicações dos oprimidos contra a fome e a miséria. E trabalhar pela organização de um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia contra os pobres e famintos.*

*Que os sindicatos, as centrais sindicais, as organizações populares e as correntes políticas que se reivindicam dos explorados organizem um movimento nacional pelo fim da matança, pela punição dos assassinos e pelas reivindicações dos trabalhadores e da juventude!*

## Engels assinala a “guerra social” no alvorecer do capitalismo industrial

No seu livro “A situação da classe operária na Inglaterra”, de 1845, no capítulo “As grandes cidades”, Engels descreve em vivas cores o drama vivido pelos explorados que são acantonados nos bairros empobrecidos de Londres. Assinala a contradição entre a portentosa cidade, com sua febril atividade econômica e riquezas de um lado e de outro com os bairros proletários profundamente desumanizados. Mostra que as massas sacrificadas são responsáveis por “todas as maravilhas da civilização” que se expressa na cidade. Para isso, “mil forças latentes tiveram de permanecer irrealizáveis e oprimidas, a fim de que algumas poucas se desenvolvessem plenamente e

pudessem multiplicar-se mediante a união com outras”. Nesse espaço urbano londrino, manifesta-se “a brutal indiferença, o duro isolamento de cada indivíduo em seus interesses privados”. Toma corpo uma verdadeira guerra social pela sobrevivência. Eis como Engels a descreve:

“Daí provém também que a guerra social, a guerra de todos contra todos esteja aqui abertamente declarada. Como o individualista Stiner, as pessoas se consideram reciprocamente como sujeitos de uso, cada um explora o outro, e ocorre que os mais fortes esmagam os mais débeis e que os poucos poderosos, isto é, os capitalistas, atraem tudo para si, enquanto que para os mais numerosos, os humildes, lhes sobra apenas para viver.

E o que vale para Londres, vale também para Manchester, Birmingham e Leeds, vale para todas as grandes cidades. Por todos os lados, bárbara indiferença, duro egoísmo por um lado, e miséria inominável do outro; em todas as partes, guerra social, a casa de cada um em estado de sítio, por todas as partes, saque recíproco sobre a proteção das leis, e tudo isso, tão impunemente, tão manifestadamente, que alguém se espanta diante das consequências de nosso estado social, tal como apa-

rece aqui em forma descoberta e se impressiona somente de que continue, no entanto, esta vida louca.

Como nesta guerra social, o capital, a posse direta ou indireta dos meios de subsistência, são a arma com que se luta, é evidente que todas as desvantagens da situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele; lançado ao confuso torvelino, deve abrir caminho como pode. Se é tão afortunado que encontra trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de permitir que a enriqueça, receberá um salário que lhe permitirá apenas ter a alma unida ao corpo; se não encontra trabalho, pode roubar, senão teme a polícia, ou padecer de fome, e, no entanto, neste caso, a polícia cuidará de que, morrendo de inanição, não estorve demasiadamente a burguesia”.

Esse quadro tétrico testemunhado pelo criador do socialismo científico, juntamente com Karl Marx, não fez senão se potencializar com o desenvolvimento do capitalismo e com o seu esgotamento histórico. É o que se observa, hoje, nas gigantescas favelas dos centros urbanos do Brasil e a mortandade provocada não só pela fome mas também pela ação do Estado burguês por meio de sua polícia.

## **Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre a corrupção no Brasil Pela constituição de um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia e de seus representantes**

### **O PT e Lula serão julgados historicamente por suas traições à classe operária e aos demais explorados**

Três acontecimentos recentes expõem a extensão da corrupção no seio do Estado, envolvendo partidos, burocratas, empresários e agentes do crime: 1) Julgamento do “Mensalão”; 2) Finalização da CPI do Cachoeira; 3) Escândalo da venda de pareceres técnicos, revelada pela Operação Porto Seguro da Polícia Federal.

No primeiro caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento impondo penas de prisão à maioria dos réus, notadamente aos dois dirigentes do PT, José Dirceu e José Genoíno. No segundo, votou-se um relatório de uma página e meia que não indiciava nenhum dos acusados. E, no terceiro, envolve membros do PT que ocupam altos cargos no Estado.

É bom observar que o ex-presidente Fernando Collor de Melo teve seu mandato cassado por corrupção. Hoje é senador da República e participante da base que sustenta o governo do PT. Sob a administração de Fernando H. Cardoso, do PSDB, vieram à tona graves denúncias, incluindo o presidente. Mas nada foi devidamente apurado. Com Luiz Ignácio Lula da Silva na presidência, a descoberta de corrupção nos Correios, envolvendo membros do PTB, aliado governista, abriu a porta do inferno para o PT.

O dirigente máximo do PTB, Roberto Jefferson, resolveu delatar o mecanismo de lavagem de dinheiro montado pela direção do PT, com o qual financiava a si e seus comparsas. Denominou a entrega de dinheiro a aliados de “Mensalão”. Serviços não prestados serviram de meio para desviar dinheiro público. O PT não teve como desmentir as provas, mas reconheceu como uma forma de constituir caixa 2 para as eleições.

O STF se apoiou na acusação de que se tratava também de um expediente utilizado para comprar votos de deputados na Câmara Federal. Sobre essa base, sem a devida comprovação e sem a demonstração de quais deputados se venderam, o STF colocou um garrote nos homens do PT.

É bom também recordar que na CPI dos Correios, que virou CPI do Mensalão, a oposição (PSDB, DEM, PPS) procurou incriminar Lula. Sob intensa campanha do jornal O Estado de São Paulo, Revista Veja, etc., chegou-se a aventar a cassação do mandato de Lula, tal como ocorreu com Collor. A crise política foi contornada. As condições econômicas eram positivas para a burguesia. Os explorados estavam muito bem encabrestados. E a aliança do PT com o PMDB mantinha-se sólida. Assim, a bandeira de “impeachment” apenas serviu de propaganda e para dar um norte à oposição, antes acusada pelos petistas de venal e de picaretas.

O que parecia letra morta, com o encerramento da CPI dos Correios, virou um tormento para o PT nas mãos do Ministério Público. Resolveu-se fazer o que nunca se faz: investigar em detalhe o Mensalão, reunir provas, estabelecer índices, formar um veredito, sistematizar a acusação e pedir rigoroso julgamento ao STF. Nunca na história da República se viu as instituições judiciais funcionando com tamanha dedicação para que as sujeiras dos petistas fossem expostas em um exaustivo e monumental processo. Nunca se deu tamanha dimensão à corrupção, a ponto dos juízes se valerem abusivamente de interpretações e de casuísmos. Nunca houve um julgamento político tão vasto e tão duro como o do Mensalão. E nunca se



adotou jurisprudência e particularismo em julgamento com um claro sentido político como na Ação Penal 470. Os juízes foram buscar a “teoria do domínio do fato” no ordenamento alemão, para qualificar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de “chefe da quadrilha do Mensalão”. Não aceitaram o pedido de desmembramento do processo entre os réus que têm foro privilegiado (deputados) e os demais, prática consagrada pelo Supremo em outros casos, inclusive no do Mensalão mineiro do PSDB. Opção pela pena máxima a réus primários, quando a prática comum é a aplicação da mínima.

A imprensa-partido diz que esse espetáculo se explica porque nunca houve tamanha corrupção. É o direito de mentir e falsear, **que caracteriza a liberdade de imprensa das empresas capitalistas de comunicação.** Certamente, o julgamento do Mensalão serviu para embasbacar a classe média com a propaganda de que afinal “todos passaram a ser iguais perante as leis” e que o Supremo fincou um marco do fim da impunidade dos crimes praticados pelos políticos e até mesmo pelos banqueiros, referindo-se à condenação da presidenta do Banco Rural, Kátia Rabelo.

A verdade é que se tratou da corrupção e de julgamento de um partido que não nasceu das entranhas da burguesia oligárquica, embora tenha nascido das entranhas do capitalismo. Esse partido, um dia, na oposição, ousou acusar o parlamento de picareta e lançou a bandeira da ética e da moral contraposta às jogatinas do PSDB/PFL/PMDB. Esse partido chegou ao poder em meio ao grande descontentamento dos explorados com os longos anos de crise econômica, desemprego e com o ataque neoliberal da aliança PSDB/PFL.

Mas somente pôde valer-se dessas vantagens porque o PT se aproximou de setores da classe capitalista interessados em mudança no governo. Lula fez uma administração voltada aos interesses gerais da burguesia, mas como todo governo favoreceu a grupos econômicos mais que a outros, a determinados estados mais que a outros. Não restam dúvidas que abrigou uma corrupção brava, mas não diferente que a abrigada por Fernando H. Cardoso.

No final, Lula saiu vitorioso. A ofensiva da oposição não o comprometeu perante as massas, que não vêem nos seus acusadores cavaleiros da moralidade.

Sem uma direção revolucionária no movimento operário, sem sindicatos independentes da política burguesa e sem organizações de base, as massas não têm como identificar a corrupção do PT e de seu caudilho como consequência de sua política burguesa. A maioria despolitizada se move pelo reconhecimento que o desemprego foi reduzido, que o salário mínimo teve reajuste acima da inflação e que os programas assistencialistas lhes têm favorecido, ainda que com migalhas. Não alcançam ver os ataques à Previdência, as manobras contra o movimento pela reforma agrária e o apoio ao grande capital. A passividade da população diante de espetaculares escândalos se explica por se tratar de disputas interburguesas em torno do Estado.

A crise política foi afastada com a reeleição de Lula, em 2006. Porém, não resolvida. Continuou seu movimento nas entranhas do poder, vindo à tona com a instalação do julgamento da Ação Penal 470, pelo STF. Era esperado que depois do veredito viessem as interpelações para se evitar que os réus

fossem para a cadeia. E, no parlamento, manobras para que os deputados atingidos conservassem seus mandatos. O objetivo de execrar o PT como organização que se valeu de “formação de quadrilha” para financiar sua política – como se os outros partidos da burguesia não fizessem o mesmo – foi atingido. Mas isso não basta, para determinados setores da oposição, é preciso o ato urgente de prisão de José Dirceu, José Genoíno e João Paulo Cunha.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, acusado pelo PT de ter prevaricado em relação às acusações contra o senador Demóstenes Torres (DEM), envolvido com a bandagem de Carlinhos Cachoeira, é mais um episódio das disputas internas ao Estado. O Gurgel engavetou provas contra políticos da oposição, porém travou brilhante batalha contra os petistas. O jornal-partido, O Estado de São Paulo, em seu elogio ao STF, chamou a disputa aparelhista de “consolidação do Estado de Direito”, em que partidos e políticos da oligarquia são acobertados, enquanto que os do PT são garroteados.

As condenações dos réus petistas – os demais foram apenas por osmose – não podem ficar no papel, segundo os juízes do PT, dentro e fora da Corte. No Congresso, os governistas ficaram calados à espera dos resultados, que foram muito além do aguardado. A propensão é a de não seguir automaticamente os resultados do Supremo, não cassando o mandato dos parlamentares condenados à prisão. O que seria um menosprezo com o mais concorrido julgamento da República. O Congresso reúne os maiores picaretas, um dia assim qualificados por Lula. Não por acaso, as CPIs não passem de atos teatrais. Assim, há o risco de se protelar as “punições exemplares”. É o que o Sr. Gurgel acaba de chamar de “porões da ineficiência”, para exigir que o presidente do STF, Joaquim Barbosa, não deixe passar a chance de colocar os réus na cadeia, sem que se respeite a norma de somente prender o réu depois de ter a sentença transitada em julgado. Caso não o faça, há o risco de as forças políticas agirem nos porões do Judiciário e as condenações não passarem de um ato político.

Esse entendimento do procurador Gurgel, no entanto, não pôde ser atendido pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, que não aceitou o pedido de prisão imediata dos condenados. Esse episódio também revelou as manobras políticas no Judiciário. O procurador formulou o pedido depois que o STF entrou em recesso e que assim caberia a decisão a Joaquim Barbosa, que não teve como atendê-lo devido ao aumento da crise entre o poder judiciário e o poder legislativo. O presidente da Câmara dos deputados, Marcos Maia, declarou que poderia dar abrigo aos parlamentares condenados, no caso de Joaquim Barbosa acatar o pedido do Procurador-Geral.

Depois do julgamento, é a vez do Congresso dizer se casará ou não os mandatos dos parlamentares João Paulo Cunha (PT), Valdemar Costa Neto (PR) e Pedro Henry (PP). Porém, o Supremo decidiu que, uma vez estabelecida a prisão, automaticamente o mandato está comprometido. As declarações bombásticas do presidente da Câmara Federal, Marcos Maia (PT), de que o Congresso poderia não acatar a decisão “inconstitucional” do Supremo e a resposta do juiz Celso de Mello de que se estava diante da possibilidade de crime de prevaricação correspondem a uma rachadura no Estado.

O conflito entre os poderes indicou que as forças favoráveis

aos resultados do julgamento da AP 470 e as contrárias se manifestam como reflexo das disputas partidárias interburguesas no seio das instituições. O julgamento do Mensalão revelou o quanto o STF, respaldado pela imprensa-partido, se tornou refúgio da oposição minoritária no Congresso.

A crise política, aberta em 2005 com a CPI dos Correios, como se vê, não foi superada e não o será enquanto o PT continuar a manejar a máquina estatal. Por enquanto, a rachadura não avançou sobre o piso do governo de Dilma Rousseff, mas os trincos começaram a se manifestar.

A operação abafa se evidenciou na falência da CPI do Cachoeira. Nesse caso, o alvo era o PSDB e o DEM, dos quais algumas figuras de proa foram denunciadas como agentes dos negócios do contraventor (jogos ilegais) Carlinhos Cachoeira, com destaque para o senador cassado Demóstenes Torres (DEM) e o governador de Goiás Marconi Perilo (PSDB). O tiro saiu pela culatra porque o governador petista do Distrito Federal, Agnello Queiroz, também esteve envolvido com a quadrilha do “bicheiro”. Mas o mais grave para o governo federal é o que se poderia revelar dos negócios com a Delta Construção, do empresário Fernando Cavendish. Caso se abrissem as contas da construtora, se revelaria uma bandalheira muito mais ampla que a do Mensalão, atingindo homens fortes como o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB.

O relatório do deputado Odair Cunha (PT) foi uma peça inusitada. Excluiu o governador do Distrito Federal, o do Rio de Janeiro, poupou a Delta Construção e incluiu o procurador-geral Roberto Gurgel e o diretor-chefe da revista Veja, Policarpo Júnior, que se mostrou íntimo de Cachoeira. O clamor oposicionista foi geral. A imprensa-partido, que já vinha acusando a CPI como um meio de vingança de Lula contra Marconi Perilo, saiu em defesa do procurador e da Veja, especializada em vazamentos de escândalos e postada como uma trincheira oposicionista ao governo do PT. Como se tratava de adversários do petismo, o jornal O Estado de São Paulo e a Cia não pediram que se investigassem as acusações. Bateram ainda mais no ferro frio de que a CPI morreu porque foi constituída para perseguir Perilo, que havia contribuído, em 2005, para implicar Lula no esquema do Mensalão.

Odair Cunha escreveu um calhamaço para nada. Aceitou retirar os nomes do procurador e do jornalista, ambos, sob provas, apontados como coniventes com o escândalo de Cachoeira. No caso de Gurgel, o procurador engavetou denúncias precisas contra o senador, posteriormente cassado, Demóstenes Torres, evidenciando proteção à oposição. O jogo de ocultar uns e atacar outros mostrou uma procuradoria imersa nas disputas aparelhistas e voltada em favor da oposição, cujos atos de corrupção nunca foram tomados como um perigo ao Estado de Direito. Um só exemplo: o PSDB montou o esquema do Mensalão em Minas Gerais, patrocinado pelo ex-governador e senador Eduardo Azeredo. O PT se lambuzou como reles iniciante na arte de tráfico de influência e de desvio de dinheiro público muito bem feita pelos partidos burgueses.

Se houvesse um mínimo de seriedade, a Procuradoria e o Supremo não desvinculariam o pai do filho. Abririam com todas as letras as conexões da política com os empresários que se valem de tais relações para fazerem negócios. Somente na aparência, o Mensalão e a CPI do Cachoeira estão separados e são distintos.

Finalmente, o calhamaço de Odair Cunha foi jogado no lixo e substituído por um parecer de uma página e meia, no qual não se indicia ninguém. A conta de zero serviu ao governo, ao PT, à oposição e à imprensa-partido que não teve nenhum interesse em ser investigativa contra Marconi Perilo, ou seja, contra o PSDB.

Os petistas, que viram na CPI do Cachoeira um instrumento de contrapeso à investida do PSDB e DEM, mais uma vez se mostraram reles iniciantes na arte da política burguesa, ainda que estejam no poder há dez anos. Não avaliaram o quanto seu governo e dos aliados estavam metidos no jogo de interesses da Delta Construção. Dilma Rousseff se livrou do avanço da rachadura graças à implicação da oposição com os mesmos meliantes. Certamente, se o Mensalão do PSDB tivesse feito parte do Mensalão do PT, é bem mais provável que a Suprema Corte teria chegado à conta zero, como governo e oposição chegaram na CPI do Cachoeira. Diz o contraventor Carlinhos Cachoeira que ele é a “garganta profunda do PT”, referindo-se a um delator dos acontecimentos que derrubaram o presidente norte-americano Richard Nixon.

Enquanto o STF se encarregava de finalizar o julgamento do Mensalão e quando a CPI do Cachoeira caminhava para o seu enterro, a Polícia Federal revelava uma investigação de três anos sobre uma quadrilha de servidores do Estado, comandada pelo diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Rodrigues Vieira. Rosemary Nóvoa Noronha (PT), chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, colocada no cargo por Lula, servia à quadrilha que vendia pareceres técnicos a empresários, sem os quais não seria possível realizar seus negócios. O caso mais flagrante da denúncia se refere ao parecer dado ao ex-senador pelo PMDB e empresário Gilberto Miranda, que lhe permitiu manter a posse da Ilha das Cabras. Tudo indica que a rede é vasta, alcançando várias Agências, que são órgãos mantidos com fundos públicos para servirem a grandes grupos econômicos.

Na segunda semana de dezembro, PSDB, DEM e PPS entraram com uma representação na Procuradoria-Geral da República para que se apure as denúncias do condenado Marcos Valério de que Lula não só tinha conhecimento do Mensalão, como também foi beneficiado com contas sendo pessoais sendo pagas. O ex-presidente é acusado pelos partidos opositores de chefiar o esquema do “valerioduto” e de praticar a corrupção passiva. Um dos assinantes da representação é o senador do PSDB, Álvaro Dias, que trabalhou com afinco para livrar seu correligionário Marconi Perilo do indiciamento na CPI do Cachoeira por ser um dos vendidos ao “bicheiro”.

As denúncias de Marcos Valério contra os petistas tomaram ares de gangsterismo. Segundo ele, Paulo Akamoto, braço direito de Lula, o ameaçou de morte caso não se calasse, assim que estourou o escândalo do Mensalão. Nesse contexto, a sombra do assassinato do prefeito petista, Celso Daniel, de Santo André, volta a se projetar. A corrupção nesta gestão, concluiu com a dúvida sobre a morte do prefeito, distinguindo o laudo da polícia que considerou um assassinato comum e o do Ministério Público de São Paulo, um assassinato político.

Sem dúvida a imprensa opositora aproveita o clima de denúncias para requestrar as suspeitas. Por sua vez, Marcos Valério recorre a novas revelações sobre Lula, na esperança de obter redução de pena com a delação premiada. Os petistas



rechaçam as denúncias com o evidente argumento de que se trata de um jogo do ex-parceiro de formação do caixa 2. Para o PT e o governo Dilma, a oposição pode atacar José Dirceu e outros, mas não Lula.

Imediatamente se armou uma reunião de governadores para protestar contra a ofensiva da oposição. Indicou-se que há uma linha de segurança, que uma vez ultrapassada levará os petistas e sindicalistas à mobilização de rua. Na posse do novo presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, armou-se um ato com a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimento dos Sem-Terra (MST) contra a tentativa das forças conservadoras de desconstruir a imagem de Lula. Assim se manifestaram os participantes.

Quanto às condenações dos petistas no julgamento do Mensalão, todos estão por acatar a decisão do STF.

É compreensível por que o ex-presidente da República é intocável – os eleitores das mais profundas camadas sociais são arrastados pelos encantos políticos do caudilho que veio da pobreza nordestina, tornou-se operário metalúrgico, assumiu o comando do sindicato no ABC paulista, dirigiu as greves dos anos 80 e, finalmente, foi elevado pela população ao poder do Estado. O PT não pode sobreviver sem essa base eleitoral popular, que em grande parte se deve ao caudilhismo e menos ao petismo.

A exposição da quadrilha que atuava nas Agências, no quadro de julgamento do Mensalão e de funcionamento da CPI do Cachoeria, comprometeu ainda mais a administração petista do Estado. Nada do que foi feito pela quadrilha de Paulo Vieira se reverteu em favorecimento direto a Lula e não envolveu Dilma Rousseff, segundo as declarações do Ministro da Justiça. Mas suas relações pessoais e políticas com petistas do tipo Rosemary permitiram que se montasse um negócio de venda de pareceres.

O certo é que Lula não tem como preservar uma imagem que não tem. O que os petistas querem é proteger a aparência de um caudilho não-burguês, cuja vida pregressa de pobreza se identifica com os pobres e famintos.

Muito cedo, Lula se aproximou de empresários para se potencializar como candidato à presidência e para tornar o PT um dócil instrumento em suas mãos. O primeiro sintoma de imoralidade lulista se manifestou em sua amizade com o empresário Roberto Teixeira. Há cerca de dezessete anos atrás, o petista Paulo de Tarso Venceslau denunciou a ação deletéria do compadre de Lula em prefeituras dirigidas pelo PT. O denunciante acabou sendo expulso.

Uma figura que agora veio à tona é a do rico pecuarista José Carlos Bumlai, que se tornou amigo do Presidente. Marcos Valério o aponta como alguém que arrumou dinheiro para calar a boca do empresário Ronan Maria Pinto sobre a corrupção na prefeitura de Santo André e sobre o assassinato de Celso Daniel. Por mais que se possa desqualificar a denúncia do mediante Marcos Valério, não há como esconder que Lula e o PT estão mergulhados em uma rede de intriga, típica da política burguesa.

Chama a atenção que o PSDB, DEM e PPS continuam minguados em sua capacidade de oposição perante o PT e sua fausta aliança. As eleições municipais de outubro de 2012 confirmaram o estancamento e o declínio dos opositores. Mas não

se pode confundir a fraqueza eleitoral desses partidos com sua capacidade de agir no seio do Estado e da burguesia. O pelourinho montado pelo STF é a prova disso.

Os embates do PSDB e Cia, com a poderosa rede jornalística a seu dispor, contra a corrupção petista objetiva desmascarar Lula perante as massas. As condições econômicas favoráveis e o despertar de ilusões na melhoria de vida entre os oprimidos falam mais alto do que mil julgamentos de Mensalão. Mas o governo de Dilma enfrenta uma crise, cuja dimensão ainda está por se manifestar. É sobre esse novo terreno que a oposição se reabilitará e se estabelecerão novos realinhamentos de força.

Os peessedebistas e demistas cercam Lula e o PT com as denúncias de corrupção e se valem do poder judiciário. A chamada “judicialização da política”, que levou à constituição de um “tribunal de exceção” contra o PT, é a via da oposição combater o lulismo. Mas por si só não triunfará. Será necessário confluir a luta política no terreno da corrupção que envolve o PT (assim o PSDB e Cia protegem-se de seus próprios malfeitos) com o da política econômica e social do governo federal.

É uma meia verdade a caracterização de que o julgamento do Mensalão e a onda de denúncias dirigidas contra Lula são uma investida da direita e de setores conservadores contra a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda praticada pelo governo petista. Isso porque se omite que tanto o governo Lula quanto o de Dilma contaram com apoio de setores determinantes do grande capital nacional e internacional, que suas medidas assistencialistas e de recuperação a conta-gota do valor do salário mínimo contaram com a anuência da burguesia e que a direita burguesa usa as denúncias de corrupção porque de fato o PT e seu governo se prostituíram na política capitalista.

O PT aprendeu, já nos primeiros passos do exercício do poder, quando conquistou as primeiras prefeituras de importantes cidades, que não é possível se tornar um partido da ordem capitalista sem se valer do financiamento empresarial. A condição de submissão do partido a grupos econômicos, que pode variar conforme a situação, é inerente à existência de todos os partidos burgueses e ao funcionamento da democracia.

Uma das discussões significativas na formação do PT se deu em torno de sua natureza de classe. O grupo dominante encabeçado pelo caudilho Lula e pelo intelectual de esquerda pequeno-burguês José Dirceu rechaçou a posição dos poucos verdadeiros trotskistas (havia uma porção de centristas postados como trotskistas, que nunca enfrentaram a questão do partido empunhado posições programáticas), entre eles militantes que viriam a formar o POR, que defendiam um partido proletário, organizado sobre a base de um programa e tática revolucionários.

A repetida frase ainda ecoa em nossa mente: “você trotskista quer um partido de macacão, estreito e sectário; nós queremos um partido de massa, aberto e democrático”. Estavam em confronto duas posições irreconciliáveis - a de um partido operário revolucionário e a de um partido pequeno-burguês eleitoral, que finalmente evoluiu para um partido burguês, corrompido até a medula. As leis da história e da política se impuseram irresistivelmente. Não havia e não há a possibilidade de um partido policlassista, por seu programa e composição social, que não seja burguês e que não venda a sua alma

aos capitalistas.

A experiência demonstrou que a formação do núcleo combatente pela construção do partido marxista-leninista-trotskista teve de passar pelo confronto com a formação de um partido pequeno-burguês por setores da burocracia sindical operária. O PT que se valeu da classe operária, por meio dos sindicatos e da CUT, para se potencializar eleitoralmente, se levantou como um poderoso obstáculo à edificação do partido revolucionário. Constituiu-se, inclusive, em um teste às inúmeras correntes que se reivindicavam e se reivindicam do marxismo e que capitularam no ponto fundamental: não defenderam a construção do partido revolucionário sobre a base do programa e da concepção da revolução e ditadura proletárias.

Não se pode compreender em profundidade o fenômeno político do apodrecimento do PT no seio do Estado sem se recorrer à sua formação e ao seu desenvolvimento. Enganam-se aqueles que de boa fé ou cegueira acham que os vínculos dos petistas com crápulas como Marcos Valério são deslizos inevitáveis e que o PT está aprendendo com seus erros. Completamente falso! No momento em que Lula e sua corte de intelectuais de esquerda, que se mostraram incapazes de enfrentar o estalinismo, que descambaram para a luta armada “foquista” e que se negaram a construir o partido revolucionário, nas décadas de 60 e 70, passaram a buscar apoio financeiro de setores da burguesia e a costurar alianças com partidos da ordem, já estava evidente o apodrecimento do PT. O vulto que tomou o Mensalão tem suas raízes na formação do partido policlassista, portanto na sua adaptação ao capitalismo.

Está aí por que Lula e o PT não têm de responder à classe

operária e aos demais oprimidos sobre sua conduta política e sobre os interesses pessoais das atitudes de seus membros. Caso o proletariado tivesse conquistado posições de independência política perante a burguesia e seu Estado, poderia constituir um Tribunal Popular. Não sendo assim, a conduta dos petistas está nas mãos do Supremo, que é o seletor guardião do exercício da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados e a caixa de ressonâncias dos conflitos interburgueses.

O drama vivido pelos petistas, garroteados por um punhado de juízes que atuam de acordo com a conveniência política da burguesia, deve servir à luta pela independência de classe dos explorados, construindo o partido revolucionário. A exposição do PT e de seu caudilho Lula como agentes da corrupção, bem como o julgamento do Mensalão, evidentemente, não resultou da luta do proletariado, mas da luta interburguesa no cume do Estado. O sentido é dado pela necessidade da oposição burguesa retomar o poder, o que começa a se vislumbrar como possibilidade com a crise econômica. Está aí por que se trata de um grave erro de princípio apoiar a condenação dos petistas pelo Supremo. Por outro lado, não se trata de defender aqueles que a serviço da burguesia mergulharam na podridão. A classe operária é a única força social que pode realizar o julgamento histórico do PT e de seu caudilho Lula. Trata-se de um julgamento por traição. O correto é mostrar para os explorados que somente um Tribunal Popular pode julgar os crimes dos partidos, dos governos e da burguesia. E para isso é preciso arrancar os sindicatos das mãos da burocracia venal, pró-capitalista, e pôr em pé o partido da revolução proletária.

22 de dezembro de 2012

## A posse de José Genoíno

Condenado a 6 anos e 6 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal, José Genoíno não poderia tomar posse como suplente na Câmara de Deputados, segundo o entendimento dos juízes, da imprensa-partido e dos opositores. Há quem no PT também acha que o correligionário deveria renunciar ao cargo, em nome de seu passado militante na Guerrilha do Araguaia. Mas o condenado teve apoio suficiente para comparecer no dia 3 de janeiro na solenidade de posse.

Enfrentou a turba de jornalistas que o açoitou com a pergunta, se se sentia confortável em assumir o cargo parlamentar sendo um condenado por corrupção no processo do Mensalão. Eis a resposta: “Estou cumprindo as regras, a Constituição e as normas do País. Fui eleito com 92.326 votos e estou no dever legal, correto e justo de cumprir a Constituição brasileira”. Esse apego à constituição burguesa foi acompanhado da declaração de que discordava de sua condenação, mas que respeitava a decisão do STF.

Está aí o retrato de um ex-estalinista, metido a esquerdista, ajoelhado perante a casta de juízes do Supremo e agarrado à Constituição para defender seu emprego no parlamento. Não contesta o Supremo. E se vale da Constituição e dos votos obtidos, como se tivesse obtido o mandato para assinar cheques do Mensalão.

A militância pequeno-burguesa de esquerda, abraçada ao reformismo, não têm outro destino senão comer nas mãos da burguesia. Mas esse fim não está reservado apenas à militância pequeno-burguesa, mas também aos sindicalistas que provêm

da aristocracia operária estão obrigados a lamber as mãos dos amos capitalistas. É o caso de Lula, Vicentinho, Meneguelli, Marinho, etc.

O preço a ser pago pelos sindicalistas para poderem focinar no chiqueiro da burguesia é o da traição aos interesses da classe operária.

Genoíno sempre posou de estrategista de esquerda e sempre teve o queixo erguido para atacar as correntes do trotskismo, inclusive para expulsá-las do PT. Mas não mediu esforços para prestar serviços aos opressores. Não se pejou em se emporcalhar com os excrementos da política dos exploradores.

O leninismo tem por fundamento constituir o partido com militantes revolucionários profissionais, regidos pelo programa, pelo vínculo com o proletariado e pelo despojamento total. Os reformistas e oportunistas, ao contrário, assumem o profissionalismo ditado pelo dinheiro, pelos postos e pelas vantagens oferecidos pela classe capitalista.

Está aí por que não foi nenhum escândalo Genuíno, condenado por corrupção pela justiça burguesa, assumir o posto no chiqueiro da República.

Chegará o momento em que a classe operária, unida ao campesinato pobre, apoiada nas massas miseráveis do centro urbanos e na imensa juventude oprimida, porá abaixo o Estado burguês, por meio da revolução social. A revolução proletária livrará o País dessa imensa fossa fétida. Colocará para as massas a tarefa de construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Coneb/UNE

# Defender a educação pública: rejeitar os planos e reformas do governo

O governo Dilma vem fazendo demagogia com a “expansão de vagas no ensino superior”, quando a verdade é que o direito à educação é vetado à maioria. Apenas 4% dos jovens estão matriculados nas universidades. O Projeto de lei 7200/2006 (Reforma Universitária) e o Plano Nacional da Educação (PNE) que estão para ser aprovados têm um conteúdo excludente e privatista. O máximo de “inclusão” pretendido pelo governo é de 14% dos jovens no ensino superior em 2020! E aqui vale lembrar que o PNE anterior (2001-2010) também tinha essa meta e gozava de ventos favoráveis na economia mundial, não de uma crise geral do capitalismo como vivemos hoje, e mesmo assim não se cumpriu.

A preservação da exclusão da maioria se deve a que os governantes, apesar de suas diferenças, são defensores da classe dominante, a burguesia. E o interesse dela é de maximizar seus lucros, não de garantir a educação para todos. Não é à toa que o ensino privado cresceu vertiginosamente no momento favorável da economia. O PROUNI serviu para salvar os capitalistas da educação do “terror” das vagas ociosas. O REUNI, com o aumento de vagas nas federais sem o investimento corres-

pondente, levou ao sucateamento das universidades. O Ensino a Distância (EaD) se agigantou. O ensino privado cresce em detrimento do público.

A UNE deve romper com o governo. A greve das universidades federais mostrou o caminho da mobilização. É somente através da ação direta de massas que iremos impor derrotas ao governo e conquistar nossas reivindicações. Por isso, nós da Corrente Proletária Estudantil, viemos defender:

Que o Coneb encaminhe a luta nacionalmente em defesa de um sistema único de Educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social.

Pela expropriação sem indenização de toda rede privada de ensino, sob o controle de estudantes e trabalhadores.

Pelo controle da Universidade pelos estudantes, funcionários e professores, por meio da assembleia universitária.

Expulsão da burocracia universitária autoritária, com a implantação da autonomia e democracia universitárias

Que a direção da UNE rompa com o governo Dilma!

ABAIXO A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO PT/PMDB!

NÃO AO PNE EXCLUDENTE E ELITISTA!

## Manifesto da Corrente Proletária Estudantil ao 14º Coneb da UNE

Estudantes,

A direção majoritária da UNE tenta nos fazer acreditar que a universidade brasileira sofreu “grandes mudanças” no último período (governos de Lula e Dilma), com “importantes vitórias rumo à democratização”. Como exemplo, cita a aprovação da Lei de Cotas, que caracteriza como “uma conquista da juventude brasileira com o potencial de transformar a cara da universidade”.

Por detrás dessas palavras, se esconde o atrelamento político da direção majoritária ao governo petista. Revela-se a aceitação da essência da política educacional do governo. Omite-se a assombrosa expansão da rede privada, em detrimento da universidade pública. Embeleza-se a proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) privatista e excludente, que deverá ser votado em breve no Senado. Assim, conclui desarmando politicamente a juventude frente à necessidade de enfrentamento aos ataques que a Educação pública vem sofrendo.

A universidade que temos é burguesa, serve aos anseios da classe dominante. A política da direção, entretanto, não permite tomar essa caracterização classista como ponto de partida, pois colocaria imediatamente o debate sobre quem maneja a produção do conhecimento e sobre quem controla de fato a universidade. Pelo contrário, dá a entender que se encontra em andamento uma reforma “progressista” no ensino superior. Na verdade, mascara a realidade para justificar seu governismo.

### Reforma mercantilista da Educação

Estamos diante de uma reforma universitária, não aplicada de uma só vez, mas fatiada, tendo várias de suas medidas aprovadas separadamente ao longo dos últimos anos, a exemplo do Prouni, Reuni, UAB etc. A característica central desses programas é o sucateamento do setor público (como ficou demonstrado pela grande

greve das universidades federais em 2012) e a destinação de rios de dinheiro para os empresários da Educação, que puderam ampliar significativamente seus negócios. Tudo regado à demagogia eleitoreira da “expansão do ensino superior para os pobres”.

Mesmo com o parcelamento das medidas, permanece em tramitação no Legislativo o Projeto de Lei 7200/2006, ou Projeto de Lei de Reforma da Educação Superior. A direção da UNE se esforçará por demonstrar que se trata de defender a aprovação do PL com alterações, o que significa estar de acordo com a sua essência. Não por acaso, afinal a UNE foi coautora do projeto. Nós, da Corrente Proletária, ao contrário, defendemos a rejeição global do PL, por considerá-lo um instrumento de avanço da mercantilização da educação superior e de manutenção de seu caráter elitista e anticientífico.

Uma das premissas do projeto é a manutenção da coexistência entre o ensino público e o privado. O texto admite como harmoniosa a convivência entre ambos, o que a experiência já tem demonstrado que é absolutamente impossível, pois a Educação, tornando-se mercadoria, acaba seguindo necessariamente as leis de funcionamento do capitalismo.

Os empresários sempre enxergarão os estudantes das públicas como potenciais consumidores. A necessidade de expansão, determinada pela lei de acumulação, coloca o setor privado em constante conflito com o público, o que tem se manifestado nas políticas governamentais de favorecimento das particulares em detrimento dos investimentos nas instituições públicas, que concluem sucateadas.

Sem querer esgotar todos os pontos da proposta do governo, vale lembrar outro pilar do PL, que é a expansão de vagas, pautada principalmente pelo ensino a distância (EaD) e pela aplicação dos planos de desenvolvimento institucionais. Ambos concretizados em grande medida através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni), respectivamente.

O ensino a distância, por mais que se tente transformá-lo em “aplicação de novas tecnologias”, nunca passará de uma aberração do capitalismo, que visa a conter gastos com a Educação e criar mercado para investimento, totalmente de acordo com a perspectiva privatista, além de individualizar o processo de aprendizado e aprofundar o fosso já existente entre sujeito e objeto do conhecimento. O Reuni foi um plano do governo federal que permitiu criar vagas sem o aumento correspondente das verbas, sucateando as instituições de ensino, levando à revolta generalizada de estudantes, técnico-administrativos e docentes em 2012.

Para defender a Reforma, a direção da entidade estudantil chegou a publicar textos recentemente traçando uma comparação com o movimento dos estudantes argentinos do começo do século XX, resgatando ideias do Manifesto de Córdoba (1918). Esse resgate histórico tem por objetivo colocar um verniz de luta sobre o imobilismo e o governismo que têm sido a marca da entidade sob a política de sua diretoria. Em outras palavras, pretende-se usar o radicalismo liberal de nossos companheiros de outrora como biombo para esconder a própria covardia e a política de conciliação de classes no presente.

Em resposta, propomos ao conjunto dos estudantes que tomemos emprestado dos estudantes argentinos o método que os levou à conquista de suas reivindicações, isto é, o método da ação direta. Foi com as greves e ocupações, proclamando o direito à insurreição, que os estudantes se chocaram com as autoridades conservadoras. Mais ainda, se a direção da UNE quer tanto se apoiar no exemplo histórico de Córdoba, então que se coloque em luta por uma de suas principais bandeiras, que era a defesa do acesso universal.

Lançamos esse desafio sabendo de antemão que essa direção não está disposta a lutar por nada, muito menos pelo livre acesso, pois este implicaria necessariamente se chocar com a linha defendida pelo governo e também com o ensino pago, colocando os estudantes nacionalmente num duro combate pelo fim dos vestibulares.

## **Sobre a Lei de Cotas**

Uma das questões mais candentes do momento, que também servirá à demagogia da direção estudantil é a Lei de Cotas, mais precisamente a sua aplicação, que sofre resistência por setores à direita, como vários veículos da grande mídia, além de partidos da burguesia, embora não de forma unânime. Uma parcela da burocracia universitária se posiciona francamente contrária à aplicação da lei, sancionada em agosto de 2012 pela presidente Dilma Rousseff.

O critério das cotas não resolverá a exclusão da maioria da juventude em relação aos estudos universitários. Não será capaz de transformar o caráter de classe do sistema educacional, nem modificar profundamente a composição social da universidade, que permanecerá sendo tratada como um privilégio para uma minoria, para os filhos da burguesia e de uma camada da classe média. Permitirá no máximo o ingresso de um escasso contingente de pobres, negros e índios, sem alterar a essência elitista da universidade que temos hoje.

Não houve um movimento de massas em favor das cotas. Certamente, um dos principais motivos é que não se tratava de uma bandeira de defesa do acesso a todos, isto é, não correspondia ao anseio geral da juventude de ter seu direito ao ensino superior garantido. O debate se restringiu aos meios acadêmicos, no seio das instituições do Estado, da burocracia universitária, dos tais especialistas e dos meios

de comunicação.

Trata-se de uma pequena concessão do Estado e da classe dominante, que não modificará em nada seus interesses gerais em relação à universidade, não reduz a exclusão da maioria. Apesar disso, os mesmos que conduzem o processo não terão o caminho tão livre para concretizar a medida. Duvidamos que os estudantes sairão às ruas em sua defesa.

O 14º Coneb deve realizar um balanço crítico e não assumir o critério das cotas como parte de seu programa, mas exigir do governo e das burocracias universitárias que cumpram a lei. Mais do que isso, deve aprovar resoluções e um plano de lutas que sirvam para conquistar todas as condições de permanência estudantil, não só um aumento de verbas destinadas a esse aspecto.

## **Novo PNE e a bandeira de 10% do PIB para a Educação**

Está para ser votada no Senado a proposta de novo Plano Nacional da Educação, que estabelecerá metas e diretrizes para os próximos dez anos. O texto-base, que deverá sofrer alterações, tem uma essência semelhante ao do PL da Reforma Universitária, isto é, se aprovado, favorecerá o avanço do EaD, sancionará o ensino pago com a farsa da fiscalização da “qualidade” mediante mecanismos de avaliação tão duvidosos quanto, senão mais, que os já existentes (a exemplo do Enade), permitindo, num marco mais geral, maior liberdade aos empresários da Educação para lucrarem com o setor.

Tirando esses aspectos, é necessário lembrar que a bandeira de 10% do PIB, tal como defendida pela direção da UNE, não distingue se os investimentos serão destinados somente ao sistema público. Não se trata, claro, de um esquecimento, mas de abrir conscientemente uma via larga de transferência de verbas públicas para os cofres da iniciativa privada. É pela somatória desses e outros fatores menores, conformando uma essência, que caracterizamos a nova proposta de PNE como privatista.

Defendemos o aumento de verbas para o setor, mas dizemos claramente que os 10% do PIB não serão capazes de superar a crise da Educação. Crise que se caracteriza, no ensino superior, pelo domínio das pagas e por sua natureza anticientífica. O predomínio do ensino particular resulta em uma barreira intransponível para a maioria da população que recebe um salário de fome e não tem como pagar as mensalidades. Mas é também uma afronta por seu caráter reprodutor de um conhecimento apartado da realidade, desvinculado das necessidades da maioria, afinal, a ciência não passa de um detalhe incômodo para aqueles que só querem saber de dinheiro no bolso, que enxergam os estudantes como “clientes”.

Mas a proposta não é só privatista, é também excludente. Deixa a oportunidade de estabelecer como meta o acesso universal, que exigiria expropriar toda a rede privada e investir pesado na expansão do sistema público. No lugar disso, aponta a perspectiva tímida de aumentar o percentual de jovens que atinge o ensino superior, dos cerca de 4% atuais, para 14% em 2020, o que nada mais é que uma confissão de que pretende manter a maioria absoluta da juventude fora das universidades. Assim, mais uma vez o preceito democrático da Educação como um direito será aviltado pelo governo federal, com o auxílio da direção da UNE.

## **Combater a repressão e perseguição política**

Os movimentos de estudantes têm sofrido com a violência repressiva do Estado e com a perseguição política das lideranças e da vanguarda. Os casos mais conhecidos, como os da Unifesp Guarul-

lhos (com centenas de prisões e dezenas de processos) e USP (com desocupações violentas pela tropa de choque no campus e centenas de processos contra estudantes e trabalhadores), expressam uma tendência geral dos governos de agirem com mais intransigência e truculência contra os movimentos de estudantes e trabalhadores nas universidades. A repressão é parte do aumento da ingerência externa sobre a universidade, da quebra da autonomia e do fortalecimento do autoritarismo burocrático, que servem para impor medidas de privatização, elitização e precarização do ensino. São ataques aos que estudam e trabalham e se levantam por suas reivindicações. É preciso organizar uma ampla campanha de combate à repressão, ligando-a à defesa das bandeiras e métodos de luta do movimento, em defesa das liberdades democráticas na universidade, direito de manifestação e expressão. A direção da UNE não tem movido uma palha nesse sentido. O corpo mole diante da repressão ajuda a mantê-la e a fortalece.

### **Superar a direção governista com o programa proletário**

Esse importante fórum do movimento estudantil nacional deve avançar, exigindo que a direção da entidade rompa com o governo Dilma (PT/PMDB). É inadmissível que a UNE seja conduzida pelas correntes que a dirigem (PCdoB, PT e PPL) à posição de apêndice do Ministério da Educação e manejada de acordo com os interesses da coligação que governa o país.

Nós, estudantes, devemos firmar nossa posição pela constituição de um sistema único de ensino público, laico, científico, gratuito e

para todos em todos os níveis, com o fim do vestibular. Devemos lutar por uma educação vinculada à produção social, que elimine a separação entre o pensar e fazer, que coloque um fim ao fosso existente entre a produção do conhecimento e a realidade que nos cerca.

A luta pela transformação da universidade deve passar pelo combate ao ensino privado. O que significa rechaçar a farsa da regulamentação das faculdades pagas, tal como defende a direção da UNE. Não há como aceitar a ilusão de que os empresários da Educação admitirão qualquer ingerência sobre seus negócios, muito menos aceitar a fantasia de que o mesmo governo que aplica uma política privatista tomará alguma iniciativa de limitação sobre o setor privado.

Nosso combate deve ser pela expropriação, sem indenização, de toda a rede particular de ensino, que deverá ser colocada sob o controle de quem estuda e trabalha. O que inclui combater a excrescência do ensino à distância, assim como a totalidade da proposta de PNE do governo, que se aprovada, conduzirá a um reforço da mercantilização e da elitização da Educação. Impor o controle da Universidade pelos estudantes, funcionários e professores, por meio da assembleia universitária. Expulsar a burocracia universitária autoritária, com a implantação da real autonomia e democracia universitárias.

Para essa luta, os estudantes deverão fazer uso do método da ação direta e buscar aliança com os trabalhadores, em especial com a classe operária, fazendo do combate pela destruição da universidade burguesa parte da transformação geral da sociedade, numa luta pelo socialismo.

## **Durante as férias, reitoria da USP pune dezenas de estudantes**

No último dia 21 de dezembro, as Comissões Processantes responsáveis pelos processos administrativos contra estudantes por suas participações nas ocupações da reitoria em 8 de novembro de 2011, e do bloco G do CRUSP, desocupado durante o carnaval de 2012, divulgaram suas conclusões.

Segundo o informe, as punições foram as seguintes:

*“1. Repreensão por escrito: nos casos da ocupação da Reitoria e do Bloco “G” quando as razões apresentadas pelo aluno para sua indevida presença no prédio público foram consideradas atenuantes.*

*2) Suspensão por cinco dias: para os alunos que estavam indevidamente no prédio da Reitoria, quando da reintegração de posse, sem indicativos de que tenham adentrado o prédio ou nele permanecido anteriormente.*

*3) Suspensão por quinze dias: nos casos em que os processados foram encontrados no interior do prédio da Reitoria ou do Bloco “G”, quando da reintegração de posse, com indicativos de que estiveram na localidade em outras oportunidades, como ocupantes ou colaboradores da ocupação; ou quando se deveria esperar do envolvido maior zelo no trato da coisa pública.”*

Os processos abertos no início de 2012 indicavam explicita e formalmente que a reitoria pretendia punir os estudantes com a eliminação, com base no regimento disciplinar da USP de 1972, elaborado pela ditadura militar, assim como havia feito com 8 estudantes no final de 2011. As direções do movimento estudantil se negaram em várias oportunidades a organizar qualquer luta séria em defesa dos processados. Trataram o problema como uma questão de liberdade de pensamento, quando na verdade a repressão não se deu por razões ideológi-

cas, e sim para atacar quem se mobilizou em defesa de reivindicações bem concretas, tais como a moradia ou a autonomia universitária (fora a PM).

Sem a pressão do movimento, a previsão era a de que a reitoria eliminaria mais estudantes. Mas dois dos recursos contra as eliminações anteriores alteraram os passos do reitor-interventor: num dos recursos, a juíza julgou o mérito e considerou o regimento inconstitucional, invalidando-o para novas punições. A reitoria recorreu, mas ainda está valendo essa decisão; noutro, o juiz concedeu a liminar de reintegração, considerando que a penalidade máxima é incompatível com a falta cometida, sem que o estudante tivesse sofrido sanções intermediárias previstas no regimento.

A reitoria busca agir repressivamente, atendendo às pressões da direita e do jornal Estadão, que reivindicam punição às ocupações, mas dentro do quadro delimitado pelo desenvolvimento da disputa judicial, que ainda não está definida, mas que, no momento, lhe é desfavorável. Futuramente, no caso de uma nova decisão judicial, poderá aplicar novamente o regimento. Enquanto isso, reprime na medida do possível e toma novas medidas de ataques aos estudantes, tais como a demolição do espaço estudantil na ECA (Canil) e medidas de ampliação do jubilamento e dificultação de matrículas em disciplinas fora do semestre ideal.

É preciso responder às medidas repressivas e novos ataques da reitoria com luta! Convocar a assembleia geral estudantil e tomar medidas de força contra o reitor-interventor autoritário!

# **A crise social e política em Natal/RN**

A perda do mandato da prefeita de Natal, que muitos chegaram a comemorar como uma vitória dos movimentos, nada mais foi do que um acordo entre as forças políticas, onde de cassação terminou em apenas um afastamento, pois até o último dia de dezembro Micarla continuou recebendo seu gordo salário de prefeita e provavelmente não será condenada a devolver o que roubou dos trabalhadores.

O afastamento de Micarla nos últimos meses não teve relação nenhuma com o caos sofrido pela população, em que a cidade ficou tomada pelo lixo, mais de 20 mil alunos não concluíram o ano letivo por falta de pagamento de funcionários e de merenda, postos de saúde fechados, a população morrendo sem atendimento, situação que em nada mudou quando os outros dois prefeitos assumiram a gestão nos dois meses finais.

O Ministério Público que apareceu na mídia como o defensor da moral e contra a corrupção (no mesmo período um de seus promotores foi filmado cobrando propina de um empresário), não fez nada mais que um acordo de classe, pois a corrupta Micarla tinha um gasto mensal na ordem de 180 mil reais, onde incluía-se pagamento de funcionários da casa (faxineiro, vigia, governanta) na ordem de 21.500 mil, compras com roupas e jóias (5.800 mil), viagens (35.000 mil), valor superior aos 164 mil declarados como gastos anuais.

Como se vê, a crise política foi resolvida nos bastidores dos organismos da burguesia, entre o MP e o judiciário, poderes que integram as quadrilhas que roubam e sucateiam o Estado. Sendo assim, Micarla e sua quadrilha jamais poderiam ser punidos por estes. A presença dos trabalhadores organizados nas ruas, através dos Comitês de Luta, com os Tribunais Populares para punir estas quadrilhas era decisivo, sem esse cenário os quadrilheiros do RN estão soltos para praticarem novos crimes em nome da democracia burguesa.

Durante o período eleitoral estava em voga ser contra os desmandos de Micarla. Passada a eleição, a população continua sofrendo com os ataques. Como se comportaram aqueles que nos palanques e caminhadas diziam defender a população? Bom, os candidatos eleitos do PT e PCdoB apenas esperaram o dia 01 de janeiro para assumir e não nos é estranho que se comportem igualmente aos demais de direita. O movimento pequeno burguês auto-denominado “Fora Micarla” mostrou seu caráter oportunista eleitoral e desapareceu, já que o seu candidato Fernando Mineiro/PT tinha sido derrotado, assim nada mais tinha sentido. Para o PT/PC do B e sua militância, a vida começa e termina nas eleições.

Mas, e os candidatos eleitos pela Frente de Esquerda, entre eles a candidata das redes sociais Amanda Gurgel (PSTU), o que fizeram durante este período? Sim porque,

Amanda Gurgel afirmou que seu partido acredita que a verdadeira mudança é nas ruas. Pois bem, em nada se diferenciaram dos demais, apenas esperaram ser empossados vereadores, enquanto a população sentia na pele a crise na cidade, com o lixo praticamente entrando em suas casas e a falta de salários dos que dependiam da prefeitura, em especial os terceirizados. É bom lembrar que o vereador do PSOL entrou com uma ação na justiça contra o aumento do salário dos vereadores que passaria de 15 para 18 mil e que Amanda fez campanha nas redes sociais contra os 18 mil. Bandeira essa usada demagogicamente, sem consequência prática na luta dos explorados contra as bandalheiras burguesas. Mostrou-se completamente distante dos interesses da população, no momento em que carece de organização das lutas nos bairros, nas escolas, em defesa da saúde, enfim de um chamado a organizar-se e confiar em suas próprias forças. Isso não interessava aos futuros parlamentares de esquerda, que piamente acreditam só poder fazer algo agora depois de empossados. O silêncio e omissão da Conlutas-RN não ficou distante da CUT/PT, uma vez que se propõe a dirigir as lutas, já que se dizem diferentes dos governistas. Não convocou uma única plenária dos sindicatos que dirigem, na verdade estavam muito ocupados nas disputas internas pela direção do sindicato da saúde e a briga dava-se entre o PSTU e PSOL.

A postura da Frente de Esquerda que afirmava que seus parlamentares eleitos deveriam atuar junto à população, que chamaria um congresso para envolver os trabalhadores e discutir os rumos de Natal, só seria possível se tivesse sido eleito o candidato à majoritária? Na verdade a postura assumida pela Frente de Esquerda (PSOL/PSTU) só vem demonstrar que esta Frente não passou de acordo eleitoral, e que em nenhum momento esta vislumbrou a perspectiva de organizar os oprimidos para enfrentar os ataques desfechados pelos governos.

## **A posse da vereadora Amanda Gurgel (PSTU)**

Primeiro, através das redes sociais, Amanda convocou a população para assistir sua posse, em frente da Câmara Municipal, o que não aconteceu porque a população não compareceu. E se a população tivesse respondido ao seu chamado não teria conseguido assistir com o alto aparato policial presente. Amanda já sabia que a posse não seria aberta ao público, mas não denunciou uma linha sobre isso, nem mesmo o grande aparato policial que tinha garantindo a segurança dos 29 vereadores a serem empossados. Nos últimos dias que antecederam a posse, Amanda procurou a imprensa para anunciar que disputaria a presidência da Câmara Municipal, mais uma jogada para não sair da mídia. Durante seu discur-



so, Amanda novamente afirmou que sua eleição significou o pedido de mudança feito pela população, colocou como uma conquista dos trabalhadores a saída de Mícarla “mesmo no apagar das luzes”. Em um discurso de quase 10 minutos, Amanda fala para os vereadores, que demonstram não estarem nem um pouco atentos, pois já tinham seus votos amarrados. Conclui seu discurso que foi lido do início ao fim, afirmando sem nenhum constrangimento que pede o voto dos vereadores para elegê-la a presidente da câmara. E, finalizando, já não mais lendo, diz: *“que o presidente que seja eleito tenha dignidade de deixar transparente para os 29 que estão aqui (vereadores) os critérios adotados para distribuição de gabinetes, porque até agora eu não tenho um, tem outros vereadores novos que também não têm e nenhuma posição formal foi informada nem a sociedade nem aos vereadores”*. Uma disputa mesquinha e sem sentido que foi levantada pelo fato dos vereadores eleitos não aceitarem ficar em gabinetes construídos recentemente em um anexo do prédio da câmara. Amanda novamente aparece na imprensa defendendo que os gabinetes têm que ser democraticamente distribuídos, e inclusive participou de reunião com o presidente eleito, or-

ganizada juntamente com os vereadores do DEM, PSDB, PT, PMDB e PSOL para saber os critérios para entrega de gabinetes. Nada mais pífio para uma parlamentar que no mesmo discurso disse que seu partido acredita que “não é dentro dos gabinetes que a verdadeira mudança acontece”.

Para o POR, um mandato trotskista deve estar colado aos movimentos sociais, aos interesses dos trabalhadores, caso contrário servirá apenas de mais um aparato para fortalecimento do partido eleitoreiro, que utilizará os mesmos métodos dos reformistas e estalinistas de fazer média nos discursos e pretender se perpetuar nesse antro de corruptos e vendidos que são os vereadores e demais parlamentares. Um mandato socialista parte da organização das lutas. Somente tem sentido apresentar um projeto caso sirva de meio de convocação dos explorados para a ação direta. É preciso deixar claro para os explorados que o parlamento é um órgão de classe dos explorados. Os marxistas dele se servem para organizar a luta para derrubá-lo por meio da luta incessante e incansável, soldando-se sempre com as bandeiras dos oprimidos e lutando junto com estes.

## Rondônia

# Que o prefeito entregue o Residencial (Minha Casa, Minha vida) aos sem-teto

No dia 02 de janeiro, cerca de 70 famílias de sem-teto foram despejadas do “Residencial Cidade de Todos IX”, no Bairro Socialista. As casas deste residencial estavam sendo construídas pela prefeitura, com financiamento da Caixa Econômica Federal, como parte do programa “Minha Casa, Minha vida”, do governo Dilma.

Como as obras estavam paradas em função das denúncias de corrupção da administração petista, que comprometeu quase todos os setores da administração municipal, os sem-teto cadastrados e não cadastrados no Programa ocuparam as casas. Na primeira quarta-feira do ano, agentes da Polícia Federal (PF) e soldados da Companhia de Operações Especiais da PM (COE) cumpriram o mandado de reintegração de posse, determinado pela juíza Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral. Os ocupantes não acataram a decisão da juíza.

A decisão de permanecer no “Residencial Cidade de Todos IX” foi respondida com violenta repressão. Os policiais arrobaram as portas. Onde não foi possível tirar os pertences, os policiais jogaram pelas janelas dos apartamentos.

Houve uma nova decisão da Justiça Federal, pelo juiz

Flávio da Silva Andrade, determinando a reintegração do Residencial. No local, um oficial de Justiça leu o mandado e deu prazo de 48 horas para a saída. Após esse prazo, as famílias saíram e acamparam, no dia 05/01, em frente à prefeitura. Exigem que o prefeito Mauro Nazif (PSB) resolva a situação.

O acampamento está sendo controlado pelos estalinistas do PCdoB. Aí reside o problema. O PCdoB é aliado do prefeito Mauro Nazif (PDT). Certamente, fará tudo para que o movimento não avance e que os sem-teto fiquem com as promessas do novo prefeito. Na reunião com uma comissão de negociação, o prefeito não apresentou nenhuma alternativa. Falou o que já era esperado: que estava na prefeitura há pouco tempo.

Enquanto isso o acampamento permanece e as lideranças discursam em favor de um movimento “ordeiro” e “pacífico”.

O isolamento do acampamento significará sua derrota. Os explorados devem se colocar ao lado dos sem-teto e exigir que o prefeito entregue o Residencial para os ocupantes, com todas as benfeitorias. O que significará o rompimento com a política dos estalinistas do PCdoB.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

## Nesta edição:

- Venezuela: pressões do imperialismo por novas eleições
- Bolívia: A luta pelo salário mínimo vital
- Crise Europa 2013: Situação piora em Portugal, Espanha e Grécia
- O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) e a IV Internacional
- Trotsky: Resposta às mentiras do New York Daily News

## Artigos do Cerqui

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Venezuela

# O Pacto de Havana é a via para administrar a transição política do país, frente ao esgotamento histórico do chavismo e sua impotência para reverter o atraso econômico da nação

A oposição pró-imperialista não teve como derrubar Hugo Chávez nas eleições, embora o tenha ameaçado com 44,55% dos votos. Agora, pretende uma segunda disputa, sem que seja com o pujante caudilho.

O vice-presidente Nicolás Maduro comunicou a impossibilidade do presidente reeleito não tomar posse no dia 10 de janeiro, como prevê a Constituição. Sob o leito de morte de Chávez, em Cuba, desatou uma renhida disputa em torno do destino da presidência da República venezuelana.

Os herdeiros do caudilho, caso este não se reabilite, têm pela frente um agravamento da crise política sem precedente. As forças da reação chefiada por Henrique Capriles e apoiadas pelos Estados Unidos se lançaram em campanha para que se convoquem novas eleições nos prazos estipulados pela Constituição.

As manobras legais utilizadas por Nicolás Maduro e Diosdado Cabello para adiar a posse presidencial tem sido taxada pelos agentes do imperialismo como auto-golpe. A direita reacionária pretende se apresentar como radicalmente democrática. É próprio da democracia formal que as massas arrastadas pelas disputas interburguesas elejam o presidente e não o partido.

Os chavistas confeccionaram a Constituição segundo esse código da democracia formal burguesa. E agora estão obrigados a driblá-la para evitar que os abutres lhes roubem a toca do poder, por meio de novas eleições.

A rachadura da crise política na Venezuela se amplia. As massas profundamente oprimidas são arrastadas pelos chavistas e a pequena-burguesia, em sua grande maioria, pelos “caprilistas”. Essa divisão no seio da população acabará por favorecer a reação e fortalecer as pressões do imperialismo. Com Chávez, o regime “bolivariano” chegou ao seu ápice e se encontra em declínio; sem o caudilho as forças centrífugas

ganharão força imprevisível.

O fundamental, porém, está em que a classe operária não constituiu seu partido revolucionário. O que a impossibilita de reunir a maioria nacional oprimida em uma frente única antiimperialista e anticapitalista para superar o nacionalismo decrépito chavista e derrotar a direita pró-imperialista. A vanguarda revolucionária tem o dever de lutar pela independência política da classe operária e pelo programa da revolução social.

## A primeira ofensiva na guerra mediática acerca da saúde de Chávez

O bloqueio informativo sobre a saúde de Chávez foi quebrado. Por meio de manobras políticas e diplomáticas, operações da imprensa, especulações e filtrações verdadeiras na imprensa, chegou a notícia: seu estado de saúde é muito grave. A oposição burguesa exigiu que se cumpra a Constituição idealizada e promulgada pelo chavismo. Perante a morte ou a impossibilidade do presidente eleito assumir o cargo, estabelece que a presidência passe interinamente ao presidente da Assembleia Nacional Legislativa (ANL) e no prazo de trinta dias convocarem novas eleições. Sem Chávez, a oposição derrotada procura chegar ao poder, por meio de um novo pleito.

Embora o governo fosse obrigado a reconhecer o estado crítico de saúde de seu chefe e líder, rapidamente contra-atacou com uma bateria de medidas que assegurassem a continuidade e estabilidade do oficialismo. Diosdado Cabello, presidente da ANL, e Nicolas Maduro, o vice presidente do país, viajaram para Cuba juntamente com a cúpula militar. O objetivo: realizar um rápido acordo que garantisse a transição e sucessão presidencial, sem convulsões internas no PSUV, nem no aparato do governo. Colocando em pé uma unidade com vistas a reorganizar a tropa chavista por trás dos dirigentes designados

para a sucessão, garantir a lealdade da casta militar, unificar as massas por trás de uma grande operação de defesa do “modelo político-econômico” e deter a denominada “*operação psicológica imperialista*” e sua diplomacia pública e secreta.

## **Contraofensiva chavista: continuidade governamental e transição negociada**

O acordo entre as facções chavistas se concretizou em Cuba. Cabello seria reeleito como presidente da ANL, colocando-o em linha direta da sucessão como presidente transitório. Maduro, se prepararia para uma eventual eleição e continuaria como primeiro chefe político do Estado, como herdeiro político direto de Chávez.

Constituíram-se, assim, as bases de um governo bicéfalo, resultado de um acordo tático entre as frações internas chavistas. O pacto logo se impôs na ANL, o que desatou rapidamente o protesto da oposição, que pretendia usufruir da ausência de Chávez para se fortalecer politicamente, impondo na presidência da ANL um dos seus. Ou, quando muito, negociar outro nome do oficialismo que fosse mais permeável aos seus interesses e pressões.

O chavismo, fortalecido, redobrou a aposta. Desconheceu sua própria Constituição para evitar que se realizassem novas eleições. Impôs-se a proposta de prorrogar o atual mandato de Chávez e também a nova posse do cargo, que deveria realizar-se no dia 10 de janeiro de 2013. O juramento poderia, então, resolver-se no Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), controlado pelo chavismo, o que permitiria evitar as eleições e garantir Maduro e Cabello no exercício efetivo do poder.

A oposição, impotente em mudar o curso dos acontecimentos, se pronunciou a favor da Constituição e da democracia. Oportuna defesa daqueles que ameaçavam um golpe de Estado e recorreram à intervenção da embaixada norte-americana, violando a autodeterminação do povo venezuelano. Não lhes deveria surpreender que o faça agora o próprio chavismo com a Constituição que eles mesmos redigiram. No final, as forças política da burguesia, nas situações de crise aguda, violam as leis. No caso da Venezuela se trata da sobrevivência das camarilhas burguesas que têm lucrado com o saque do Estado.

Chavismo e anti-chavismo, em última instância, se irmanam na violação da democracia burguesa. Que em um país semicolonial só pode ter um caráter amputado. E cuja defesa discursiva só serve para a propaganda de uma ou outra fração em sua luta pelo controle do Estado em benefício de suas camarilhas respectivas.

## **O “pós-chavismo” será um governo de profunda crise política e social**

Com a possibilidade do caudilho não voltar ao poder, coloca-se o que será do chavismo. Lembremos que combinação de fatores econômicos, de interesses corporativos e de crise política deu a forma final ao “Pacto de Havana”. O pacto entre as facções chavistas mais importantes, a militar e a apadrinhada com a nova burocracia estatal de preservar também os interesses da camada de novos ricos, que parasitam o Estado. E contou com o explícito apoio da burocracia estalinista castrista, que precisa do fluxo do petróleo para a Ilha. Uma ruptura do chavismo no poder pode acelerar os processos de restauração



*O chavismo num impasse*

capitalista em Cuba e golpear as bases de transição política idealizada pelo castrismo.

O pacto prevê um período de permanente negociação das medidas econômicas e políticas, para quando desapareça seu chefe e a crise econômica obrigue a aprofundar os ataques contra as massas. A chamada Lei Habilitante, que permitiu Chávez governar por decretos, passando por cima da própria Assembleia Nacional, não terá como sobreviver sem o império do caudilho. O que indica uma perigosa crise política para o futuro dos órfãos do caricaturesco “Socialismo do Século XXI”.

O pacto de governabilidade negociada se soma à campanha estatal para criar uma iconografia mística póstuma de Hugo Chávez. Uma gigantesca campanha ideológica para criar as bases de um culto que permita iludir as massas com o veneno da infalibilidade do chavismo e impor-lhe como o único governo possível em benefício dos oprimidos, demonstrar a lealdade de seus sucessores, desviar as massas das circunstâncias que a afundem na miséria, prestigiar o aparato do governo no momento que as pressões da crise ameaçam destruir suas bases sociais, abortar a reação operária e popular contra as medidas que se preparam contra elas, colocar no campo discursivo da contrarrevolução aos que as resistam e justificar as medidas repressivas que se implementarão para disciplinar as massas.

## **O “modelo” chavista de governo burguês começa a percorrer o caminho de sua extinção política**

O caráter bonapartista do governo, potenciados pela hierarquização corporativa e pela disciplina típica do nacionalismo de origem militar, chegada a morte de seu chefe, resultará em um golpe fulminante para o próprio chavismo e do pretendido “Socialismo do Século XXI”. Por outro lado, o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela) não passa de um amálgama de pretensos nacionalistas, arrivistas, oportunistas e burocratas, conduzidos pelo comando do caudilho. Não tem programa que coesione suas fileiras policlassistas. Foi a partir do controle da máquina do Estado que se impôs sua forma definitiva e se constituiu em um aparato centralizado burocraticamente, subordinado aos ditames pessoais de Chávez.

As dissidências internas foram silenciadas, sua base operária disciplinada ou reprimida, e suas correntes mais radicalizadas expulsas. O que cedeu passo a um vasto e poderoso apa-



rato de propaganda e assistencialismo baseado em uma ampla camada de arrivistas, burocratas e novos ricos, amalgamados por seus interesses econômicos comuns e atados em sua sorte a do próprio Chávez.

A decadência dos partidos tradicionais da burguesia venezuelana, entre eles o partido socialdemocrata, a crise econômica e a polarização entre a riqueza e a miséria engendraram o nacionalismo chavista, proveniente da baixa oficialidade das Forças Armadas. O chavismo se potenciou, sobreviveu e se projetou apoiado nas riquezas petrolíferas, o que lhe permitiu desapropriar empresas com indenizações e lançar programas assistencialistas. O que forjou as cadeias de mútua interdependência entre o governo e as massas. Os subsídios sociais e os raquíticos planos de obras públicas soldaram os explorados e oprimidos ao chavismo, quase a única fonte de renda para sua sobrevivência diária.

Esta é a base material do Pacto de Havana. Do equilíbrio relativo alcançado entre estes fatores, os quais não dependem da vontade exclusiva do chavismo, depende o que acontecerá no seu embate com a direita pró-norte-americana. Esgotados os recursos estatais ou reduzindo-se a base econômica da qual surgem seus benefícios, se abrirão dissensões internas e as rupturas. É também sob esta perspectiva que trabalha o imperialismo, impossibilitado hoje de ampliar sua influência mediante uma debilitada oposição burguesa. E porque reconhece, além disso, que a única força, com capacidade real de inclinar a balança da disputa interburguesa, hoje, se encontra na hierarquia militar. Embora se tenha até agora se mostrado inquebrantável em seu apoio à governabilidade chavista, pode se transformar fator de remoção do "Socialismo do Século XXI".

Desse modo, o governo bicéfalo pode reduzir-se a um espantalho legal de instável equilíbrio alcançado entre a casta militar chavista (o núcleo duro da direção do PSUV provém do nacionalismo burguês militarizado – MRB, Movimento Revolucionário bolivariano – de onde provém Chávez e Cabello) e a gigantesca burocracia partidária e estatal que ganhou um vasto poder territorial com o assistencialismo, que são aqueles que mobilizam as massas nos bairros. É bem possível que a disputa pelo poder entre as camarilhas do aparato montado por Chávez provoque grandes rachaduras no PSUV e facilite o fortalecimento da oposição pró-norte-americana.

Certamente, não se trata de um processo que anda em linha reta. A unidade ou divisão, em última instância, não depende da sua vontade dos pequenos caudilhos que herdaram o chavismo, mas sim de como se manifestam as forças desintegradoras da crise mundial e de como se projetam e encarnam as tendências mundiais da luta de classes entre os explorados e oprimidos do país.

## A crise do chavismo espelha a crise histórica do nacionalismo burguês

O chavismo pretendeu reeditar o velho nacionalismo,

adaptando-o com a máscara ideológica do bolivarianismo e do Socialismo do Século XXI. Mas não pôde constituir senão um arremedo. Chegou ao poder na etapa de maior desintegração do capitalismo imperialista e da projeção das leis da revolução de nossa época, que é a da revolução proletária. Por isso, sua demagogia se chocou com as condições impostas pelo caráter semicolonial do país e a incapacidade do nacionalismo burguês de libertar a nação da opressão imperialista. Sua projeção e fortalecimento conjuntural não se devem a sua vigência histórica, mas fundamentalmente à crise de direção revolucionária.

A relação de forças gestadas pelo processo histórico permitiu ao chavismo refletir, em alguma medida, o choque entre a nação oprimida e seu opressor imperialista, em especial os Estados Unidos. Mas o expressou de maneira deformada com suas medidas de nacionalização limitada e de polpudas indenizações. O chavismo não teve como atacar a grande propriedade capitalista e o capital financeiro. Desde sua ascensão, comprometeu-se em preservar os interesses gerais da classe capitalista e de negociar medidas nacionais com as multinacionais. Assim, sua política se mostrou impotente para libertar a nação do jugo imperialista. Pelo contrário,



se perpetuou o caráter atrasado de sua economia, potencializou seu raquitismo industrial e sua dependência das altas e baixas do mercado mundial e da especulação monopolista, dada sua dependência direta da renda petrolífera.

No entanto, o chavismo não deixou de conflitar com os interesses do grande capital e com o controle do imperialismo sobre o Estado venezuelano. As tentativas de desestabilização política indicam a cisão interburguesa. O imperialismo pretende controlar as fontes de petróleo e gás. E recuperar seu poder de veto sobre a política interna, o que requer derrubar o chavismo.

As massas apontaram suas tendências anti-imperialistas e de luta contra a exploração capitalista para o chavismo, permitindo ressuscitar o nacionalismo burguês, que conjuntamente se revitalizou. O que, ao mesmo tempo, estabeleceu uma válvula de escape para a crise capitalista, reforçou as ilusões democráticas e o regime burguês.

Venezuela continua sendo um país capitalista atrasado, de economia combinada e caráter semicolonial. O chavismo nasce, se desenvolve e expressa essa mísera base econômica e reproduz a impotência do nacionalismo burguês.

Mas a experiência chavista começa a transitar para seu fim. O desaparecimento de Chávez será um golpe mortal no regime, que depende do caudilho. Porém, o declínio do chavismo se refletiu no restabelecimento da oposição pró-imperialista, no momento encabeçada por Capriles.

O destino do país e das massas depende, mais do que nunca, da criação do partido marxista-leninista-trotskista e dos métodos da revolução proletária. O que significa pôr em pé o partido mundial da revolução, reconstruindo política e organizativamente a IV Internacional.

## Bolívia

# A luta pelo salário mínimo vital

Como todos os anos, está colocada a luta pelo aumento salarial. O governo do MAS, como todos os governos da burguesia, pretende conceder um miserável aumento salarial para os trabalhadores, tomando como parâmetro o índice da inflação descaradamente manipulado pelo Instituto Nacional de Estatística. Segundo o cinismo governamental, este foi de apenas 4,5%, o que, pela experiência de todos, é absolutamente falso.

O aumento que coloca o governo de 5% ou 6% é um insulto à miséria extrema dos trabalhadores e empregados, que veem como se reduz constantemente o poder aquisitivo de seu minguado salário.

Todos os setores de trabalhadores e empregados têm rechaçado este miserável e provocador aumento e se prevê que ganharão às ruas e recorrerão a diversos métodos de luta para arrancar um aumento maior. Os dirigentes sindicais da COB, cuja obrigação seria a de unificar a luta sob um plano único e tomando como única referência objetiva (porque não depende da opinião de ninguém) o real custo de vida familiar, calculado em 8.300 Bs/mês, abandonaram a consigna da luta pelo Salário Mínimo Vital (o custo da alimentação, moradia, educação, etc. de uma família), consigna imposta pela pressão das bases e a defesa revolucionária do trotskismo, que a burocracia agita às vezes quando necessita disfarçar-se de radicalismo pela pressão das bases, mas não a defende.

Como bem assinalou o camarada Guillermo Lora: *“O que interessa ao operário, diferente do capitalista, é o que pode comprar com o salário que recebe, o salário real que está em relação direta com os preços das mercadorias de que necessita para se sustentar e sustentar a família.*

*Para desenvolver uma política salarial, os sindicatos têm de partir da compreensão da essência do que é o salário. O salário é o preço da força de trabalho do operário, isto é, a soma dos preços*

*das mercadorias que o operário requer para produzir e reproduzir a força de trabalho. O montante do salário deve ser fixado levando em conta as necessidades da família operária, não o lucro patronal ou as dificuldades ou bonança da economia nacional, etc. A burocracia sindical esquece deliberadamente a essência do salário e se nega a lutar por um salário mínimo que atenda às necessidades de uma família, abaixa a cabeça diante da formulação de um salário que guarde relação com os lucros patronais e os interesses do Estado. A burocracia é instrumento da patronal, do governo e não dos trabalhadores.*

*É preciso compreender que se o montante do salário não permitir ao operário e sua família se alimentarem bem, acabarão sendo destruídos fisicamente”.*

Somado a esse problema está o do desemprego massivo. Não há postos de trabalho estáveis para a grande maioria dos bolivianos, que têm de se virar para sobreviver por sua própria conta. Lemos uma reportagem da imprensa que em El Alto, por exemplo, empresas unipessoais cresceram 82%, em sete anos, sendo o comércio a maior atividade; de 6.664 oficinas, somente 33 são grandes. É uma radiografia inquestionável do drama da falta de trabalho. A bonança econômica da qual se gaba o governo não obedece o crescimento do aparato produtivo, mas sim dos preços altos das matérias-primas de exportação, aos envios de emigrantes e aos recursos que o narcotráfico deixa no país.

A luta pelo Salário Mínimo Vital, deve ser intransigente. Frente à incapacidade das direções sindicais capituladoras, cabe impulsionar a organização de pactos intersindicais constituídos a partir das bases para dirigir a luta.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2294, janeiro de 2013, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

## Crise Europa 2013: Situação piora em Portugal, Espanha e Grécia

### Mais carestia e menores salários e direitos

Os governos de Espanha e Grécia anunciaram para o início do ano um pacote com medidas de corte de gastos e aumento da arrecadação de impostos.

Na Espanha as tarifas de transporte, energia e combustíveis serão reajustadas para cima. Os índices podem ser reajustados entre 3% e 10% e o governo também liberou aumentos de tarifas de empresas privadas como a Telefônica para fevereiro. No entanto, os salários do funcionalismo continuarão congelados e os aposentados terão aumento de apenas 2% para quem ganha até mil euros e 1% para quem ganha mais de mil euros; os reajustes no setor privado não devem ultrapassar também 1%.

Na Grécia, o governo pretende reduzir 20% do salário mínimo e 27% do salário de juízes, médicos e militares. O governo permitiu que empresas privadas criassem semana de seis dias sem pagamento de hora extra ou banco de horas. Haverá ainda suspensão do pagamento de salário-família, redução das

indenizações trabalhistas e as aposentadorias acima de mil euros serão reduzidas entre 5% e 20%.

Nos dois países, a taxa de desemprego já ultrapassa os 25% da população ativa e o percentual chega a mais de 50% entre a juventude até 25 anos. Não há perspectiva de melhora no quadro, como reconhecem os governos. Calcula-se, por exemplo, que 2 mil empregos foram perdidos por dia na Espanha em 2012.

### Greve nos transportes em Espanha, Grécia e Portugal

Na primeira semana de janeiro, greves nos transportes públicos ocorreram nos três países como forma de protesto contra os congelamentos e os cortes.

Na Espanha, a greve foi marcada para os dias 04 e 05 de janeiro atingindo o metrô e os ônibus em Madri. Os trabalhadores protestavam contra os cortes nos benefícios de Natal. Entretanto, respeitando a legislação do país, o sindicato man-



teve 30% dos serviços funcionando. Sem confrontos ou atos, a paralisação apenas conseguiu demonstrar o descontentamento dos trabalhadores e foi marcada nova greve, por tempo indeterminado, para o dia 17 de janeiro.

Em Portugal e Grécia, nos primeiros dias do ano, ocorreram também paralisações contra a redução salarial.

Em Portugal, houve uma greve geral dos transportes, envolvendo ônibus, trens, metrô, transporte marítimo e trabalhadores de transporte de cargas; o movimento objetiva se opor à mudança no Código do Trabalho, que prevê drásticas diminuições salariais. Na Grécia, a greve atingiu o metrô de Atenas, em protesto contra a equiparação dos salários dos trabalhadores do setor com os funcionários administrativos do Ministério de Transporte, o que representará também redução.

## **Sem perspectiva revolucionária, cresce neonazismo na Grécia**

Embora o antigo governo grego tenha se mantido no poder nas últimas eleições em 2012, em uma nova composição (Nova Democracia, PASOK e Esquerda Democrática), sua maioria no parlamento se reduziu em dezembro para uma diferença de 12 deputados (SYRIZA, Partido Comunista e o Partido Neonazista – Aurora Dourada – fazem parte da oposição às medidas de austeridade).

Segundo pesquisas de redes locais do país, apenas 11% dos gregos estão satisfeitos com a democracia existente e 76% não creem que o governo de coalização vai se manter no poder pelos quatro anos do mandato. Ao mesmo tempo, colocada a situação de novas eleições, o partido neonazista atingiria a terceira força no Parlamento Grego.

Com protestos diários em várias partes do país, a Grécia vive uma situação pré-revolucionária desde 2008, quando várias paralisações ocorreram. Mais de 20 greves gerais já foram convocadas pelas esquerdas e pelos sindicatos e centrais. Protestos da juventude e de desempregados em Atenas são reprimidos pelo Estado; trabalhadores dos transportes e dos portos, além do funcionalismo público e da juventude, periodicamente têm realizado mobilizações contra os cortes de direitos.

Como se sabe, a crise econômica afundou o país de 2008 para cá: a dívida pública passou de 262 bilhões de euros para 346 bilhões enquanto o PIB passou de 233 bilhões para 197 bilhões de euros. A “ajuda” da Troika apenas beneficiou o ne-

gócio de grandes financistas, incluindo as grandes instituições alemãs. A ingerência estrangeira é percebida pela população grega, o que a faz concluir que o Parlamento atua em favor dos interesses externos. Essa falta de independência política e o desemprego enorme alimenta o discurso neonazista de expulsão de estrangeiros e defesa dos interesses “nacionais”.

O partido Aurora Dourada, que mantém laços com a junta militar que governou o país na ditadura de 1967 a 1973, cresce nesse cenário de profunda crise econômica e política e aparece como resposta última da burguesia para o desenvolvimento da situação no país.

Contra a ascensão dos nazistas, a esquerda oficial (social democracia renovada na frente SYRIZA e os antigos estalinistas do Partido Comunista – KKE) tem poucas armas. O SYRIZA faz oposição parlamentar com o objetivo de ganhar a maioria, costura acordos com outras esquerdas europeias, condenando as lutas a calendários “unificados”, que objetivam esvaziar o instinto de revolta e radicalização. O conteúdo das reivindicações da frente é estritamente democrático burguês, exigindo a manutenção dos direitos. Essa esquerda impotente não pode conduzir as massas para um enfrentamento ao governo; é, na verdade, a resposta institucional da pequena burguesia para a crise.

O KKE defende o rompimento dos acordos e um rompimento com o “poder burguês”, mas traz em suas palavras de ordem e em suas plataformas o mesmo conteúdo pequeno burguês, defensivo, de oposição às medidas de austeridade. Os estalinistas esperam que a situação objetiva da luta de classes imponha um programa mais elevado às massas, conforme se pode ver nas entrevistas do presidente do partido. Colocam-se, portanto, à retaguarda do movimento e ainda têm pouca penetração nas principais centrais e sindicatos do país, além de arrastar um passado de traição aos trabalhadores e à classe operária.

A situação da Grécia, bem como dos demais países europeus, depende da direção revolucionária, que precisa ser forjada resgatando a tradição marxista-leninista-trotskista. Sem a construção dos organismos de poder, sem a direção dos partidos operários, a crise capitalista tende a se agravar no presente ano, forjando as expressões mais putrefatas da política burguesa, jogando mais e mais trabalhadores no desemprego e arrastando milhões para a pobreza com a destruição ainda maior de forças produtivas mundiais.



**Guilherme Lora e a IV**

# **O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) e a IV Internacional**

Por Atilio de Castro

Não pudemos ainda percorrer todos os escritos de Guilherme Lora sobre os vínculos do POR com a IV Internacional e sobre suas formulações. Mas o pouco que estudamos é suficiente para se ter uma noção do quanto o dirigente do POR esteve voltado à tarefa de projetar o internacionalismo proletário e o quanto se ressentiu do isolamento imposto aos trotskistas bolivianos. As experiências negativas foram infinitamente superiores às positivas, realizadas com as organizações que se identificavam com a IV Internacional.

Nota-se que o POR nunca se integrou plenamente em uma das organizações em que se dividiu a IV depois da morte de Leon Trotsky. A tentativa mais promissora foi com o Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional (Corqui). Em junho de 1977, Guilherme esteve encarregado de apresentar um informe sobre a situação da América Latina. O longo texto publicado no volume XLIX de suas Obras Completas revela o cuidado com que reuniu os problemas fundamentais do período, dando-lhe um tratamento rigorosamente programático. Não há a menor dúvida de que se trata de um documento essencial para o trabalho internacionalista.

O “Projeto de Informe sobre a América Latina” faz parte da luta do POR pela reconstrução da IV Internacional. O ponto VII do Informe, denominado “Lugar da Terceira Conferência Trotskista Latino Americana nos Trabalhos de Reconstrução da IV Internacional”, reflete o entusiasmo do porista na possibilidade de aglutinar as correntes trotskistas, que não foram arrastadas pelo revisionismo levado a cabo por Michel Pablo, cuja tendência passou a ser chamada de “pablismo”.

Diz: “*Estamos seguros que a Terceira Conferência Trotskista Latino Americana significará um passo à frente na reconstrução da IV Internacional, em torno de seu Programa de Transição, e no esmagamento do pablismo revisionista, do ultra-esquerdismo, do nacionalismo e do estalinismo contrarrevolucionário.*”

O Informe, no entanto, não se realizou. A organização que controlava o Corqui – Organização IV Internacional da França (OCI) – a adiou, em uma manobra arbitrária. Esse fato evidenciou o método burocrático de como a OCI dirigia o Corqui. O Comitê Central do POR aprovou uma resolução de cinco pontos, na reunião de 10 de dezembro de 1978, rechaçando o adiamento arbitrário da III Conferência. Considerou que a OCI exercia a dupla militância, violando o centralismo democrático, que deveria reger o Corqui. Exigiu que a reunião convocada pelo Burô Internacional do Corqui não se realizasse em Paris, uma vez que o representante do POR estava impedido de ingressar na França. E concluiu que, caso o pedido do POR não fosse atendido, o Comitê Central autorizava a abandonar definitivamente o Corqui. Estava colocada assim a impossibilidade do POR continuar trabalhando juntamente com a OCI nos quadros do Corqui, pela reconstrução da IV Internacional.

A III Conferência Latino-americana, que poderia cumprir um papel de avanço programático, contando com o informe de Lora, foi desmontada pela decisão unilateral da Organização francesa. Em uma carta aberta ao Corqui, de 28 de janeiro de 1979, Lora rechaçou as explicações caluniosas do porquê o POR teria rompido. A OCI ocultou o conflito em torno de medidas punitivas à seção argentina (PO), sem que houvesse uma prévia discussão. Lora se insurgiu contra a “utilização de medidas e manobras administrativas”.

Destacamos a seguinte passagem: “*O Corqui, muito antes de ter podido alcançar certa homogeneização teórica e política sobre problemas capitais da revolução de nossa época e de ter sequer esboçado o que deve ser uma direção revolucionária, que não pode se estruturar senão sobre os princípios do centralismo democrático e não da mecânica e absurda ditadura de uma direção de um determinado partido ou grupo nacional, tem sido virtualmente destruído por uma descomunal degeneração burocrática, conforme foi demonstrado na última reunião do Bureau Internacional.*”

Essa experiência traz a lição de que não se pode reconstituir a IV Internacional, senão como partido mundial da revolução socialista. Por mais embrionária que seja a organização internacional, essa deve estar regida pelo centralismo democrático e voltada a aplicar o Programa de Transição. Um certo grau de homogeneização teórica e política, como se refere Lora, somente pode ser alcançada se as seções elaborarem coletivamente e estiverem munidas da arma da crítica e autocritica. Trata-se de um brutal desvio uma determinada seção pretender impor às demais a sua política, desconhecendo o centralismo democrático e a elaboração coletiva.

É preciso ressaltar que a convocação da III Conferência Latino-americana e a ruptura do POR com o Corqui colocavam-se diante de uma delimitação e luta implacável contra o Secretario Unificado (SU) pablista, que, em nome do trotskismo, havia sido arrastado ao aventureirismo foquista e capitulado ideologicamente perante o castro-guevarismo. Questão essa que ocupa um amplo espaço no “Projeto de Informe sobre América Latina”. O que estava em conflito irreconciliável com a complacência do Corqui lambertista (refere-se ao dirigente Pierre Lambert) diante do revisionismo pablista. A Bolívia serviu de centro para a política foquista. Os pablistas se levantaram como ferozes adversários do trotskismo, encarnado pelo POR, desde meados dos anos 50.

O fato é que o POR e a OCI não chegaram a constituir um terreno comum de trabalho pela reconstrução da IV Internacional. Em março de 1981, no texto Resposta à “Correspondência Internacional”, Lora sintetiza a total incompatibilidade com o lambertismo: “*O Partido Operário Revolucionário esteve um breve tempo trabalhando dentro do Corqui e sobretudo com a OCI, mas esse trabalho se distinguiu por uma contínua e às vezes acre discrepância,*



*em torno sobretudo da natureza da burguesia nos países atrasados e da tática da frente antiimperialista”.*

Em 1979, o POR e PO constituíram a Tendência Quarta Internacional (TQI), que também teve pouca duração. O afastamento das duas organizações – Lora considerou o trabalho de PO com outras pequenas organizações uma dupla militância que deformava a TQI – hoje evidencia com toda clareza que PO adentrou pelo caminho do revisionismo.

Em fins dos anos 80, iniciou-se a constituição do Comitê de Enlace, com a aproximação do Comitê Construtor do POR argentino, recém-formado, resultante de expulsão de militantes de PO, com o POR da Bolívia. Imediatamente, a Tendência pela Construção do POR no Brasil, constituído por ex-militantes de Causa Operária, se ligou aos trotskistas argentinos e se integrou ao trabalho de formação do Comitê de Enlace. Em novembro de 1993, foi publicada a revista nº 1, contendo a Declaração Constitutiva do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional e os estatutos. Por quase nove anos, o Comitê de Enlace teve uma existência ativa, por meio de reuniões, conferências e congressos, contando com o empenho de Lora em auxiliar as jovens seções a se constituírem sobre a base do programa.

Evidentemente, o Comitê de Enlace teve seus altos e baixos, dada a fraqueza das organizações embrionárias. Mesmo nessas condições, respondeu aos principais acontecimentos da luta de classes mundial, entre eles o processo de restauração capitalista impulsionado nos anos 90.

Em 1998, o POR argentino enfrentou uma crise interna, motivada pela conduta fracionista no interior do Comitê de Enlace, levada a cabo por uma de suas frações. O POR argentino se cindiu e a sua fração trotskista se manteve nos quadros do Comitê de Enlace. A partir daí houve uma semi-paralisia.

A retomada do trabalho internacional nos níveis alcançados nos nove anos de atividade (1989-1998) está para ser realizada. A premissa de que o POR boliviano forjou uma rica formulação marxista-leninista-trotskista (rechaçada pelos vários revisionismos, e pouco assimilada pelas próprias seções do Comitê de Enlace) e que esta é necessária para o trabalho de reconstrução da IV Internacional deve ser abraçada com todo empenho.

Como militante imerso na luta política, Lora teve suas falhas. E que não precisamos apontá-las, uma vez que nos seus escritos comparecem na forma de autocrítica. No texto “O trabalho que deve se realizar”, de 20 de abril de 2007, Obras Completas, tomo LXIX, diz: *“Não poucas vezes, o POR, seção boliviana da IV Internacional, esquecendo-se desta realidade, se fecha em suas quatro paredes e espera poder se converter no gigante que esmagará o imperialismo, ao capitalismo mundial. Os fatos já demonstraram várias vezes que esta conduta é equivocada e que o resultado será o esmagamento inevitável da organização trotskista enquistada em seu isolamento do movimento revolucionário, que necessariamente tem de ser internacional. Na atualidade, podemos comprovar que constitui uma tarefa impostergável a de colocar em pé e em marcha a IV Internacional, que tanta falta faz ao POR boliviano e a outras organizações marxistas-trotskistas, para que algumas delas possam potencializar seu extraordinário capital teórico e prático, que acumularam em*

*sua história imponente e exemplificadora. Constitui um grande erro não ver essa realidade e sua perspectiva promissora”.*

Não restam dúvidas de que o pequeno desenvolvimento do POR brasileiro e argentino, que se ressentem de conquistar posições práticas no movimento operário, embora estejam enfiados na luta de classes, faz parte do isolamento do POR boliviano. Caso houvesse maior avanço de nossa parte, o enorme capital político, teórico e programático do trotskismo na Bolívia potencializaria o trabalho do Comitê de Enlace e daria uma melhor dimensão para a tarefa histórica de reconstrução da IV Internacional. Mas não se pode desconhecer que por mais de vinte anos temos nos empenhado em elaborar o programa e em penetrar no proletariado.

O retrocesso no Comitê de Enlace depois da crise da seção argentina em 1998 não precisava ocorrer, caso Lora a tomasse como parte do processo seletivo por que passava a seção argentina e das imensas dificuldades do POR brasileiro em superar seu caráter superestrutural, que resultou de sua má formação inicial (sem que houvesse uma severa luta contra os desvios do altamirismo, que afetou irreparavelmente a formação de Causa Operária). Ocorre que o Comitê de Enlace acabou se constituindo em um trabalho do dirigente boliviano com as demais seções à espera de desenvolvimento e superação de nossas gigantescas limitações. Essa medida impossibilitou que o POR boliviano – não somente sua direção – vivesse a experiência da construção do Comitê de Enlace.

Parece-nos que Lora teve esse entendimento, que se reflete nos escritos de 2007 e 2008. Eis algumas formulações: “O fortalecimento do POR e seu futuro dependem do que ocorrerá com a IV Internacional, atualmente em crise. Uma das tarefas que se deve cumprir é o fortalecimento da IV Internacional. O POR deve impulsionar esse trabalho.” (...) “Os poristas são militantes da Quarta Internacional, o que tem de se traduzir na participação de suas atividades, na elaboração e discussão de sua linha política. As atividades cotidianas da Seção Boliviana da IV I. e de seus militantes têm de ser conhecidas e discutidas pela Organização Internacional. As particularidades bolivianas devem ser incorporadas às discussões, que têm lugar na organização trotskista internacional.” São passagens que orientam o POR a se dedicar ao trabalho internacional, como parte indissolúvel do trabalho revolucionário nacional.

O Comitê de Enlace reiniciou seus trabalhos, depois do falecimento de Guillermo Lora. Restabeleceu as reuniões, voltou a publicar o Boletim Internacional, realizou a Segunda Escola Internacional de Quadros, elaborou documentos sobre a crise mundial e divulgou declarações sobre os acontecimentos contundentes da luta de classe mundial. Foi um passo significativo. Mas ainda muito limitado. Não conseguimos fazer com que o Comitê de Enlace funcione minimamente como uma direção internacional, ainda que embrionária e limitada organizativamente. O Congresso a ser realizado em novembro deste ano deve ser bem preparado e antecedido de medidas como a edição regular do BI Internacional.

Viva a IV Internacional!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista sobre a base dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional.

O Jornal Massas tem publicado seguidamente textos de León Trotsky referentes à perseguição implacável desencadeada por Josef Stálin contra si e seus opositores que serviram à Revolução Russa. O valor desses artigos não se resume às denúncias da violência contrarrevolucionária do estalinismo. Expõe aspectos programáticos do internacionalismo proletário.

O texto “resposta às mentiras do New York Daily News” mostra como a imprensa do imperialismo serviu à cruzada de Stálin contra Trotsky, que se encontrava exilado no México. Isso depois de ter sido expulso de outros países, influenciados pela caçada estalinista ao líder da revolução russa, ao lado de Lênin.

## Resposta às mentiras do New York Daily News<sup>(1)</sup>

Leon Trotsky – 28 de dezembro de 1938

Em um editorial publicado em 29 de outubro de 1938, o News afirmou que “Trotsky é amigo e conselheiro de Cárdenas, e que portanto o Sr. estava por trás da expropriação dos consórcios petroleiros do México. Seu advogado, o senhor Albert Goldmann <sup>(2)</sup>, exigiu que o News se retratasse do que havia afirmado nesse editorial. Pode o Sr. dar seu ponto de vista pessoal sobre a verdade ou falsidade das afirmações do News?

Provavelmente porque o governo de Cárdenas lhe deu asilo, a imprensa diária dos Estados Unidos frequentemente dá a entender que o Sr. inspirou grande parte da política do presidente Cárdenas; também que ele o consulta frequentemente em especial a respeito de sua política agrária e da expropriação da indústria pelo governo em benefício dos trabalhadores. Isso é correto?

Resposta: Como a direção de seu jornal se comprometeu telegraficamente em reproduzir integralmente minhas respostas, vou responder com gosto suas perguntas. Em seus artigos sobre México, sobre seu governo e minha suposta participação na política mexicana, os editores do Daily News se expressaram com uma louvável franqueza, que parece quase brutal. No entanto, eu tratarei de evitar a brutalidade sem comprometer a franqueza.

A afirmação do Daily News de 29 de outubro de 1938 de que Trotsky é “amigo e conselheiro de Cárdenas” é absolutamente falsa. Nunca tive a honra de encontrar-me com o general Cárdenas nem de falar com ele. Nunca mantive com ele relações por escrito, salvo as concernentes ao direito de asilo. Nunca estive relacionado, nem estou agora, direta ou indiretamente, com nenhum membro do governo.

Nunca participei nem participo agora em nenhuma atividade política relacionada com a vida interna do país, exceto a denúncia das calúnias que difundem contra mim os agentes de Stálin no México. Finalmente, o programa da Quarta Internacional, ao qual defendo, é muito distinto do programa do governo mexicano.

Por outro lado, não é difícil compreender que o governo mexicano, preocupado pelo prestígio nacional de seu país, nunca pediria conselho a um imigrante estrangeiro. Intei-me pelos jornais das medidas agrárias e de outras disposições do governo mexicano, exatamente como a maioria dos cidadãos.

Em base de que dados seu jornal chegou a essas conclusões? Evidentemente, apoiando-se em um só fato de que o governo do general Cárdenas concordou com o meu direito de asilo. Não é monstruoso? Em 1916, expulsaram-me da Europa como consequência de minha luta contra a guerra imperialista, e encontrei asilo nos Estados Unidos. Sem nenhum passaporte, sem nenhum visto, sem nenhuma absurda e humilhante formalidade! Para as suas autoridades de imigração, a única coisa que lhes interessava era que eu não tivesse conjuntivite; minhas ideias lhes eram absolutamente indiferentes.

No entanto, me atrevo a afirmar que há vinte e dois anos minhas ideias eram tão más como agora. Nisso, então, a ninguém ocorreu tirar a conclusão de que o presidente Wilson me havia concedido o

direito de asilo para utilizar “meus conselhos”. Talvez o Sr. objete que isso foi no passado remoto, quando os Estados Unidos todavia não se havia livrado de seus últimos vestígios de barbárie, que o atual florescimento da civilização recém começou depois da emancipadora grande “guerra pela democracia”.

Não vou discutir. Parece que a civilização democrática chegou a tal nível que o único fato de que o governo mexicano me outorgue o direito de asilo imediatamente provoca a hipótese de que evidentemente simpatiza com as concepções de Trotsky. Não obstante, permita-me assinalar que a garantia do direito de asilo aos próprios partidários não implica ser democrático; a concedem Hitler, Mussolini, Stálin, e no passado o fizeram o czar russo e o sultão turco.

Se considerarmos seriamente o direito de asilo, supõe também a hospitalidade aos adversários políticos. Permita-me pensar que o governo do general Cárdenas não me brindou hospitalidade por simpatia a minhas concepções políticas mas por respeito às suas.

O senhor Henry J. Allen, governador de Kansas, visitou o México no outono de 1938. Participou de um seminário para turistas norte-americanos em sua residência na cidade do México. Escreveu o seguinte: “Durante as últimas semanas, Cárdenas enviou emissários por todo o México contando vantagens da confisco (...) É fácil imaginar quem o ensinou: Trotsky (...) Lombardo Toledano, que foi a Rússia estudar o sistema soviético e que é partidário de Trotsky (...)”, etc. O senhor Allen repetiu recentemente em Nova York a essência dessas acusações. Por favor, declare se são verdadeiras ou falsas.

Resposta: Contestei as insinuações do senhor Allen no semanário mexicano Hoje; pode utilizar totalmente minha resposta. Nos artigos e discursos do senhor Allen não se diz uma só palavra certa sobre minha vida e minha atividade no México.

O Sr. mesmo cita a afirmação do senhor Allen de que Lombardo Toledano, secretário da organização sindical, é “partidário” meu. No México esta declaração só pode provocar uma gargalhada homérica, talvez não muito favorável à reputação do ex-governador de Kansas. Basta dizer que meu curioso “partidário” repete sistematicamente, em todos seus discursos e artigos, que eu estou preparando... a derrocada do governo de Cárdenas. Que fundamentos têm para fazer tais afirmações? Os mesmos que seu jornal. Qual é seu objetivo? Conseguir que me entregue à GPU?

Propus ao senhor Toledano que se forme uma comissão imparcial que verifique publicamente suas declarações. No entanto, Toledano evitou responder. Estou disposto a enviar a mesma proposta ao ex-governador Allen. No entanto, também evitará responder, Toledano e Allen não são idênticos mas sim simétricos, pelo menos no sentido de que se encontram em igual distância do meridiano da exatidão.

Segundo uma notícia surgida no jornal mexicano Excelsior, seu advo-

*gado, o senhor Alberto Goldmann, disse que o instigador desses “editoriais publicados no Daily News (meu jornal) é um correspondente estrangeiro que vive aqui, relacionado com os comunistas dos Estados Unidos e do México”. Já que o senhor Goldmann fez publicamente essa acusação ao News, pode dar-me o nome desse “correspondente” estrangeiro?*

Resposta: Sim, tenho notícias de que a pessoa que informou ao Daily News sobre minha suposta “participação” na política governamental do México é um membro do Partido Comunista dos Estados Unidos. Você sabe que é difícil, nesses casos, apresentar evidência judicial, ainda mais quando os fatos sejam indiscutíveis. Entretanto, para a direção de sua redação não será difícil verificar a exatidão dessa informação.

Há dois grupos interessados em difundir as insinuações que repetiu seu jornal em uma série de artigos. Por um lado estão os capitalistas, descontentes com o governo mexicano e ansiosos por apresentar suas medidas como próprias do comunismo “estrangeiro”; por outro, está a GPU, que pretende que não me continue concedendo o direito de asilo no México. É muito provável que ambos grupos combinem seus esforços. Tampouco são idênticos, mas sim simétricos.

*Em Nova York se discutiu publicamente que um grupo de anti-estalinistas dessa cidade financia sua estadia no México. Por favor, estabeleça a verdade ou falsidade dessa afirmação.*

Resposta: Meus recursos provêm de meu trabalho literário. E de nenhum outro lado! Mas é absolutamente correto que meus amigos do México e de outros países auxiliam-me abnegadamente no México, para ajudar em meu trabalho e proteger-me contra possíveis tentativas de assassinato. Fazem por iniciativa própria, sacrificando voluntariamente seu tempo e seus recursos, ou os recursos de seus amigos. Fizeram quando estive na Turquia, na França ou na Noruega. Fizeram então e o fazem agora, não por mim pessoalmente mas pelas ideias que represento. É evidente que estas ideias têm um poder de atração muito grande.

*Constitui o “eixo” Roma-Berlim-Tóquio uma ameaça para a paz mundial?*

Resposta: Evidentemente, o “eixo” Berlim-Roma-Tóquio é uma ameaça para a paz. Mas é apenas uma face do perigo da guerra. E para fazer a guerra fazem falta pelos menos dois. As guerras contemporâneas se originam nos interesses imperialistas irreconciliáveis.

Vários trens carregados de ambição e ódio cruzam em direções opostas os trilhos de nosso planeta, ao ponto de chocar-se. Não tem importância qual dos maquinistas será mais ou menos “culpado”. O culpado é o regime imperialista, que concentra nas mãos de poucos monopólios as riquezas das nações e da humanidade. É necessário acabar com este regime de monopólio; é necessário expropriar os expropriadores.

Adendo: Logo após ter lido o número de seu jornal de 10 de dezembro, devo acrescentar o seguinte no que já disse.

Quando o Daily News afirma que fui o inspirador das medidas de expropriação que tomou o governo mexicano, não me calunia com isso. Simplesmente, é falso. Mas seu jornal publica agora uma segunda notícia que, além de ser uma mentira, é ao mesmo tempo uma calúnia. O Daily News afirma que se envia o petróleo mexicano ao governo alemão, seguindo meu conselho, e que meu objetivo fun-

damental é prejudicar Stálin.

O Daily News reproduz, apropriando-se dela, a versão que correu como um canal por todos os julgamentos de Moscou. A Comissão Internacional de Investigação dirigida pelo doutor John Dewey declarou falsas as acusações de Moscou. Os editoriais de seu jornal não podem transformar em verdadeira uma falsificação já descoberta.

É um problema do governo mexicano decidir a quem vende o seu petróleo. Não tenho nada que dizer sobre isso. A única coisa que posso acrescentar é que as “democracias” têm um meio muito simples de conseguir o petróleo mexicano; a única coisa que necessitam é pagá-lo. Na medida em que a Grã Bretanha, por exemplo, boicota o petróleo mexicano, obriga o governo desse país a vendê-lo para a Alemanha, Itália ou Japão. Aparentemente, ao governo de Chamberlain são mais caros os interesses dos magnatas petroleiros do que os da defesa nacional, para não falar dos interesses da “democracia”.

Mas isso não é tudo. Os donos do destino das grandes democracias presenteiam Checoslováquia a Hitler para seus aniversários e logo se manifestam em desacordo com o governo mexicano, que vende o petróleo a quem quer comprar. Nesse caso, a única coisa que cabe dizer é que a hipocrisia supera todos os limites admissíveis e se torna estúpida e ridícula.

Mas agora me preocupa outro aspecto da questão. A afirmação de que com o petróleo mexicano eu pretendo conseguir que Hitler triunfe sobre Stálin, não só é uma mentira mas também uma calúnia. A URSS e Stálin não são o mesmo. Eu sou inimigo de Stálin, mas não da URSS. A tarefa de derrubar a reacionária ditadura parasitária da oligarquia estalinista cabe aos operários e aos camponeses russos. Não se pode transferi-la para Hitler. Este não é mais do que um pérfido agente do imperialismo alemão. O triunfo de Hitler significaria uma terrível escravidão econômica, política e nacional para todo o povo da URSS, e sobretudo para a restauração dos direitos do capital privado.

Ou talvez vocês acreditem que eu defendo a expropriação dos recursos petroleiros somente para o México? Não; considero um dever elementar de todo socialista, começando por mim, defender, contra Hitler e contra todos os demais imperialistas, a nacionalização dos meios de produção realizada pela Revolução de Outubro.

.....

Notas

(1) Resposta às mentiras do New York Daily News, 8 de janeiro de 1939. Uma série de artigos escritos por Fred Pasley o Daily News atacou o governo mexicano por sua política de expropriações. Em seus editoriais, o News havia lançado a acusação de que Trotsky era o poder real que atuava por trás do presidente Cárdenas. Em dezembro, o jornalista Pasley enviou a Trotsky uma série de perguntas que este aceitou responder desde que News as publicasse completamente suas respostas. O artigo completo também se publicou na Socialista Appeal de 14 de janeiro de 1939, acompanhado do epílogo que aqui incluímos.

(2) Albert Goldmann (1897-1960), dirigente da SWP e advogado de Trotsky nos Estados Unidos. Foi advogado defensor e um dos dezoito acusados no julgamento trabalhista de Minneapolis em 1941, no primeiro exemplo de utilização da Ata Smith. Abandonou a SWP em 1946. Em uma carta de 11 de novembro de 1938, que agora se encontra nos Arquivos de Trotsky em Harvard, Trotsky afirmava que por trás da campanha de calúnias lançada contra ele nos Estados Unidos estavam os estalinistas, que queriam que se o expulsasse do México, e perguntava se era possível demandar o News por calúnias.

Extraído da Obra Escritos, de León Trotsky, tomo X, 1938-39, vol. 1